

CIÊNCIAS CONTÁBEIS E A CONTEMPORANEIDADE



FACULDADE INSTED

**CIÊNCIAS CONTÁBEIS E A
CONTEMPORANEIDADE**



Pedro Chaves dos Santos Filho
Reni Domingos Chaves
Mantenedores

Eva Elise Domingos dos Santos Bumlai
Diretora Geral

Fernando Bumlai
Diretor Administrativo

Fábio do Vale
Coordenadoria Acadêmica

Regina Cláudia S. Fiorin
Procuradora Institucional

FACULDADE INSTED

**CIÊNCIAS CONTÁBEIS E A
CONTEMPORANEIDADE**

**Campo Grande, MS
2021**



Copyright © 2021 by Faculdade INSTED, Eva Elise Domingos dos Santos Bumlai, Fábio do Vale & Regina Cláudia S. Fiorin (Organizadores)
Todos os direitos reservados

Editor da obra

Lucas Yuri da Silva Rodrigues

Arte da capa

Victoria E. S. Mendes

Diagramação

Eduardo Tognon

Conselho Editorial:

Ana Helena Ithamar Passos
Eduardo David de Oliveira
Giovana A. Fazio Zanetti
Jorge Ferreira Dantas Junior
Kiusam de Oliveira
Larissa de Albuquerque Silva

Mariana Fernandes dos Santos
Pâmella Passos
Patrícia Gomes Rufino Andrade
Rita de Cássia V. da Costa
Sônia Guimarães
Suely Dulce de Castilho

Faculdade INSTED; Eva Elise Domingos dos Santos Bumlai; Fábio do Vale; Regina Cláudia S. Fiorin (Orgs).
CIÊNCIAS CONTÁBEIS E A CONTEMPORANEIDADE.
1.ed. / Campo Grande: Faculdade INSTED, 2021, 108 p.

ISBN: 978-65-998278-1-5

1. Ensino. 2. Interdisciplinaridade. 3. Multidisciplinaridade.
I. Título. II. Faculdade INSTED.

Regina Cláudia S. Fiorin - Bibliotecária

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

APRESENTAÇÃO

A Faculdade INSTED é fruto de pouco mais de 4 anos de construção coletiva da instituição em prol de uma educação de qualidade e que preza pelos processos de ensino-aprendizagem contemporâneos. Percorrer os caminhos que temos transitado é um grande avanço ao se pensar na gama de profissionais e docentes que atuam e fazem a educação transformadora na vida dos estudantes. Saliento que a Faculdade INSTED nasceu com o propósito de inovação no segmento de educação superior. Somos a primeira Faculdade do Centro-Oeste a aplicar as metodologias ativas em seu basilar pedagógico, desde sua estrutura até a matriz curricular. O mundo mudou e a educação precisa urgentemente se transformar para conquistar, e realmente ensinar novos alunos.

Ensinar passa a ter um novo sentido e não vem sozinho, mas sim no diálogo que há entre ensinar e aprender. Ensinar requer uma sala de aula ativa em que o professor, que também passa a ressignificar sua função, possa criar condições para despertar a curiosidade do estudante e lhe permita pensar, conscientizar, questionar sua realidade e a partir da construção do conhecimento, que sobretudo pressupõe um processo coletivo, possa atuar na efetiva transformação dessa realidade. Nesse

preciso sentido, aprender que requer mobilização interna e externa, passa a ter sentido e significado para os atores envolvidos, pois o coloca em movimento contínuo de busca. Esse é o papel em que o docente passa a ser o de mediador, facilitador, orientador, observador e, sobretudo, o de estudioso e pesquisador da sua prática metodológica.

Trazendo a tríade da IES, além do ensino e da extensão, os livros que compõem a Coleção INSTED é resultado do processo da Iniciação Científica da instituição que busca em seu cotidiano de pesquisa-ensino através do *Problem Based Learning* (PBL), e assim sucetivando aos nossos estudantes possibilidades de lidar com a vida fora dos espaço acadêmico da nossa instituição.

Nesse ínterim apreciativo nesta apresentação que faço, proponho a leitura deste e dos demais livros que nos trazem inquietações e que nos ajudam a disseminar conhecimento para o desenvolvimento do potencial humano de qualidade no ensino superior contemporâneo brasileiro.

Eva Elise Domingos Santos Bumlai
Diretora da Faculdade INSTED

SUMÁRIO

A CONTABILIDADE E SUAS
FERRAMENTAS MODERNAS..... 09

Deiseane Veiga

GESTÃO FINANCEIRA FAMILIAR:
um estudo com os trabalhadores
de Campo Grande – MS 25

Willian Maachar

A CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA
E SEU PAPEL PARA
SOBREVIVÊNCIA DAS
MICROEMPRESAS E PEQUENAS
EMPRESAS..... 45

Deiseane Veiga

A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE
DAS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS PARA AS
ORGANIZAÇÕES 67

Valmir da Silva Rezende

Ayron Vinícius Pinheiro de Assunção

Ryan Caldas Quevedo

Doris Day Nantes Miranda Gomes

CONTABILIDADE NO TERCEIRO
SETOR: UM ESTUDO SOBRE
ENTIDADES SEM FINS
LUCRATIVOS.....87

Luciana dos Santos Mendes de Araújo

Ayron Vinícius Pinheiro de Assunção

Ryan Caldas Quevedo

Doris Day Nantes Miranda Gomes

A CONTABILIDADE E SUAS FERRAMENTAS MODERNAS

Deiseane Veiga

INTRODUÇÃO

A palavra contabilidade, definida pelo dicionário ,é considerado um substantivo feminino que tem por sua definição : Ciência que sistematiza e interpreta registros de transações financeiras de empresas e de outras organizações” (ÁURELIO, 2000, p. 180), entre o papel da contabilidade “a confiança é fundamental no mundo dos negócios, e a confiança na qualidade das normas utilizadas para a elaboração das informações contábeis, faz parte do processo que ajuda na facilitação das operações” (ERNESTO, 2018, p. 10).

A ciência contábil reflete o estudo social da economia,, acompanhando a evolução de uma sociedade. POMPEO (2016, p. 18), afirma que o avanço das tecnologias de informação e comunicação trouxe uma nova maneira para relações sociais, com o advento de novos modelos para a comunicação. Compreendendo, a evolução nesse capítulo, iremos entender melhor, como foi a avanço da ciência contábil, relacionando o seu contexto histórico, a ciência atual, em um mundo de tecnologia e o novo profissional contábil.

EVOLUÇÃO DA CIÊNCIA CONTÁBIL

Para similar a contabilidade no mundo atual, faz necessário entender sua evolução através dos registros históricos. Os primeiros indícios da ciência contábil foi chamado de “a contabilidade intuitiva primitiva, com início no período denominado no estudo da pré-história de paleolítico superior 18.000 A.C” (LOPES, 2009, p.18), na fase pré-histórica até início da evolução das civilizações, os primeiros registros contábeis apresentados para controle do gado, por exemplo, com a criação dos estados e religião, houve uma evolução considerável, como LOPES afirma:

“a evolução das civilizações impulsionada pelos estados e pelos poderes religiosos, assim como a invenção da escrita cuneiforme pelos sumérios por volta de 3.500 A.C, serviram de mola propulsora para o desenvolvimento da contabilidade daquele período.” (LOPES, 2009, p.19),

Já entre o século XI e XIII, ocorrem as primeiras manifestações sobre a obra *Summa de arithmetica, geometria, proportioni et proportianolita*, apresentado por Luca Pacciolo (LOPES, 2009, p.20), oficialmente em 1.494 século XIII, conforme menciona SANTOS, FRANKLIN(2011, p. 54) foi reconhecida o método das partidas dobrada também chamado “*Particulario de computies et Scripturis*”.

A contabilidade em sua história apresenta o

reflexo da civilização e seu desenvolvimento, como na segunda guerra mundial com a revolução industrial, “a contabilidade passou a ser considerada como uma ferramenta gerencial e de informações importantes para todos seus usuários” (SANTOS, 2011, p. 8).

Com a evolução tecnológica e comunicação das pessoas de forma acelerada em todo mundo, despertou interesses por parte dos empresários, investir nos negócios em outros países, foi quando começou surgir operações de fusões e aquisições, que de modo geral são empresas comprando parte ou totalidade de outras empresas. Segundo a empresa de auditores independentes “KPMG” em outubro de 2019 o Brasil apresentou um crescimento de fusões e aquisições em 18% no primeiro semestre de 2019, sendo que no ano de 2018 foram feitas 543 transações. Dentre os setores os que apresentou maior destaque foram, Internet e Tecnologia da Informação.

Negociações desse modo passaram ser possível, pois a contabilidade adotou uma padronização em suas normas. Segundo ERNESTO (2018, p10) afirma que a “linguagem contábil é universal, e com a globalização dos negócios, torna-se importantes para todos os países, não podendo mais ser praticada por cada um, conforme seus próprios desejos.” A padronização veio através das normas internacionais de contabilidade ou em *International Accounting Standards Board* (IASB), criada em 1973, porém somente em 1997, foi estruturado o comitê técnico para publicação e interpretação das normas. O Brasil somente aderiu as normas internacionais de

contabilidade, após o ano de 2007, pela publicação da Lei 11.638 de 2007, onde 2011 foi publicado o CPC 00 ESTRUTURA CONCEITUAL PARA RELATÓRIO FINANCEIRO, através do comitê dos pronunciamentos contábeis por finalidade:

A Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (Estrutura Conceitual) descreve o objetivo do, e os conceitos para, relatório financeiro para fins gerais. A finalidade desta Estrutura Conceitual é:

(a) auxiliar o desenvolvimento das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) para que tenham base em conceitos consistentes;

(b) auxiliar os responsáveis pela elaboração (preparadores) dos relatórios financeiros a desenvolver políticas contábeis consistentes quando nenhum pronunciamento se aplica à determinada transação ou outro evento, ou quando o pronunciamento permite uma escolha de política contábil; e

(c) auxiliar todas as partes a entender e interpretar os Pronunciamentos.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), considerando o seu objetivo de promover e manter a plena convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB, decidiu desde 2008, adotar a Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro emitida pelo IASB no desenvolvimento dos Pronunciamentos Técnicos do CPC. (CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, 2019, p.3)

As normas internacionais de contabilidade, trouxe cenários possíveis de transações entre empresas em todo mundo, dados publicados como da empresa KPMG só foi possível, dada a padronização das informações contábeis. Os investidores através dos demonstrativos financeiros podem analisar, quais são os lucros apresentados por uma empresa nos últimos anos, quais seus ativos e passivos, e qual seu Valuetion.

VALUETION: Valuation (ou em português, avaliação de empresas) é, simplificando, o valor de um empreendimento. O cálculo desse valor é baseado na soma de seu valor presente com a capacidade financeira que ela representa para o futuro.

CONTABILIDADE PÓS-EVOLUÇÃO E O MUNDO DIGITAL

A contabilidade do século XIII, cotejando com a atual, acabou passando por um processo de refinamento, mais não deixou sua essência e seu objetivo para trás. PÊGAS (2020, p 40) afirma que “a contabilidade quando foi criada, era retratada, sintetizada, na demonstração chamada BALANÇO PATRIMONIAL”, e que também ela é dividida em três

etapas: COLETA, TRATAMENTO e DISTRIBUIÇÃO (PEGAS, 2020, p. 41).

É um fato que o mundo moderno trouxe para essas etapas uma nova forma de atuação, mas não podemos nos esquecer que “na natureza, nada se cria, nada se perde tudo, se transforma” (LAVOSIER, 1789), portanto a ciência contábil não passou ser uma nova ciência e sim reformulada para atualidade. Onde as tratativas das informações passaram a ser designadas para novas tecnologias que podemos denominar de Sistema de Informação Contábil (SIC), que tem por seu objetivo com foco na gestão de negócios informatizados e participação nos processos de tributação (GIL, ANTONIO, 2017, p.5), portanto a tecnologia passou sim, ser a aliada no desenvolvimento da contabilidade. Este cenário de facilidade da coleta, tratamento e distribuição das informações financeiras e patrimoniais para ciência contábil somente é possível com auxílio da tecnologia.

O que trouxe também oportunidade de negócios, conforme artigo publicado no site da empresa FACILLITE em 2022, onde se lista as dez maiores empresas no ramo contábil, que trazem como proposta a contabilidade digital, com dados disponíveis de formas mais rápidas e ágil, trazendo desburocratização de boa parte dos processos. Em outro artigo publicado, a mesma empresa aborda o tema “O futuro da contabilidade com as novas tecnologias estão mudando o mercado” condiz que, o futuro da contabilidade depende das atualizações tecnológicas (FACILITTE, 2022). Afinal, quais são essas tecnologias?

As tecnologias são ferramentas disponíveis para o exercício da profissão contábil, transmutando a forma digital, os livros razão, livros diários e demonstrativos financeiros, que eram feitos de forma manual e em papel. Documentos como extratos bancários, livros, documentos fiscais, passaram a ser em formato digital, tendo a sua veracidade através da autenticação digital ou assinatura digital, conforme FILHO NARDON(2010) exemplifica:

A assinatura digital representa a declaração de que o documento foi emitido pela pessoa cujo código de certificação digital nele está apostado, assim como representa também a declaração de que o documento é o que foi por ela emitido, sem alterações (autenticidade/veracidade). (Filho, Nardon, 2010. p.42)

Assim, as informações coletadas passam por um tratamento, dentro do sistema contábil, fazendo a integração desses dados por plataformas diferentes, convertendo-se de modo prático para que os relatórios financeiros sejam gerados com maior rapidez e confiança, o mesmo serve para o tratamento por parte da contabilidade tributária. FILHO NARDON (2010, p.18) afirma que “Crescemos em níveis de tecnologia nos últimos anos como não tínhamos crescido nos últimos séculos”, mas não devemos esquecer que o fator humano irá sempre existir, mesmo com a proposta de grande Startups, que apresenta a tecnologia como a resolução de todos os problemas. Na atualidade, todos que recorrem ao

instrumento contábil, utilizando-o como ferramenta, tem a necessidade de evoluir e aprender com os sistemas, pois como tudo tem seu lado bom e ruim, o profissional que não se adaptar será excluído do mercado de trabalho.

As novas atualizações tecnológicas, não foi somente por parte das empresas, mas também por parte do fisco, visto a necessidade de controlar as transações e minimizar as sonegações fiscais. Surgiu portanto o projeto SPED (Sistema de Escrituração Digital), criado em 2007 pelo Decreto 6.022 de 22 de Janeiro de 2007, um avanço na informatização da relação entre o fisco e os contribuintes (SPED.RFB.GOV,<

<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/964>>). O projeto SPED (Sistema de Escrituração Digital), veio para reunir de forma digital, em uma única base de dados, o que antes era feito em papel e livros impressos, como os documentos fiscais eletrônicos (notas fiscais eletrônicas) e obrigações acessórias (escrituração fiscal e contábil). “Há trinta anos, ainda se preparavam os livros diários com o sistema de cópia por gelatinas. Há 40 ou 50 anos era usado o papel de seda.” (FILHO, NARDON, 2010, p.36).

O Sistema de escrituração digital, veio para trazer revolução no modo operante por parte fiscal das empresas, como também surgindo a necessidades de profissionais mais tecnológicos e com domínio maior na legislação fiscal. Recordando as palavras afirmativas de MAIRION (2020):

A contabilidade é instrumento que fornece o máximo de informações úteis para tomada de decisões dentro e fora da empresa. Ela é muito antiga e sempre existiu para auxiliar na tomada de decisões. Com o passar do tempo, o governo começa a utilizar-se dela para arrecadar impostos e a torna obrigatória para a maioria das empresas. Ressaltamos, entretanto, que a contabilidade não deve ser feita visando basicamente atender as exigências do governo, mas, o que é muito mais importante, é auxiliar as pessoas nas tomadas de decisões. (MARION, 2018, p. 4)

Portanto, os sistemas contábeis trouxeram aos profissionais de contabilidade novas exigências para o mercado, pois o contador passa a ser o analista das informações, considero eu, que é o meio entre a informação contábil relevante e seus usuários, ele que irá fazer a tratativa e a tradução dos números e dados para uma forma acessível. “A contabilidade é possivelmente um dos assuntos mais áridos do mundo. E pode também ser o mais confuso. Mas, se você quiser ser rico, pode ser o assunto extra importante. A questão é pegar um tema entediante e confuso e ensiná-lo a crianças (Robert T. Kiyosaki, 2017, Cap. 1 Livro Pai rico, Pai Pobre), porém sem uma contabilidade como MARION (2018) afirma, a empresa fica como um “barco à deriva”.

O PERFIL DO PROFISSIONAL CONTÁBIL EM TEMPOS MODERNOS

As ferramentas tecnológicas, assumem um papel de maior agilidade para processamento de informações, e o contador deve adequar-se para usá-las ao seu favor. Instrumentos que o mercado de sistema contábil oferece como, gestor de tarefas, capturas de notas eletrônicas, análise de tributação, armazenamento em nuvem, portal disponível de troca de informação entre a empresa e o escritório contábil, são diferenciais que tornam o profissional mais competitivo no mercado de trabalho. Em uma rápida pesquisa em um grupo de vinte e um profissionais ligados à área contábil como, auditores e estudantes, afirmam que o domínio das novas tecnologias se faz importante para a execução da profissão contábil.

O questionário foi elaborado para fazer um levantamento de quais habilidades o profissional capacitado deve aderir para se posicionar na atualidade, os gráficos abaixo demonstram os seguintes resultados:

,

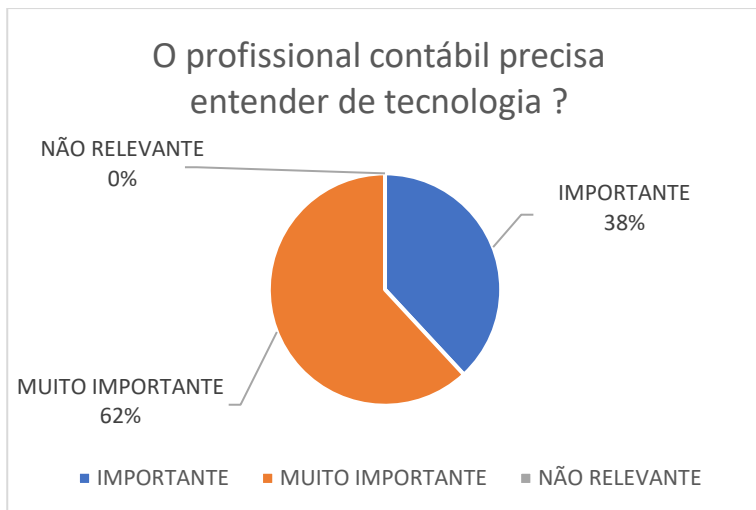


Tabela 1 – Fonte Próprio Autor

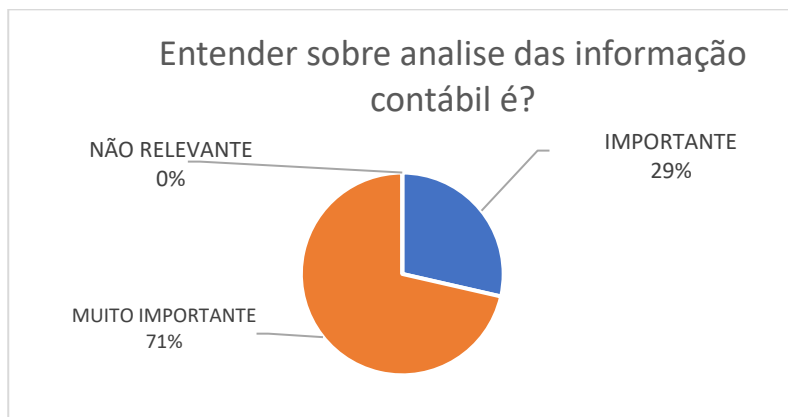


Tabela 2 – Fonte Próprio Autor

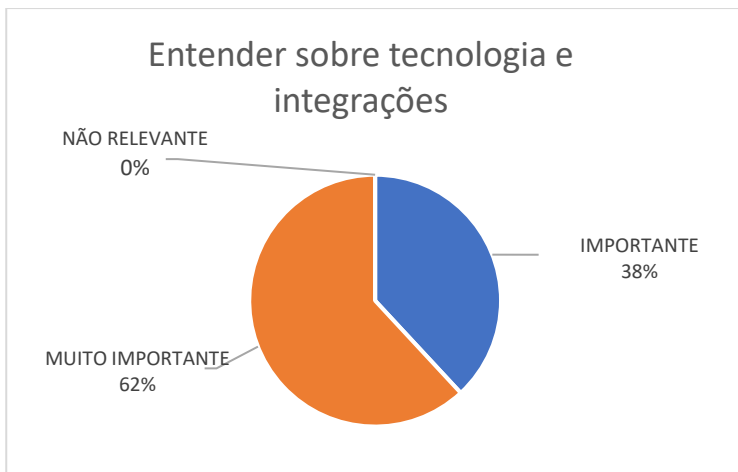


Tabela 3 – Fonte Próprio Autor

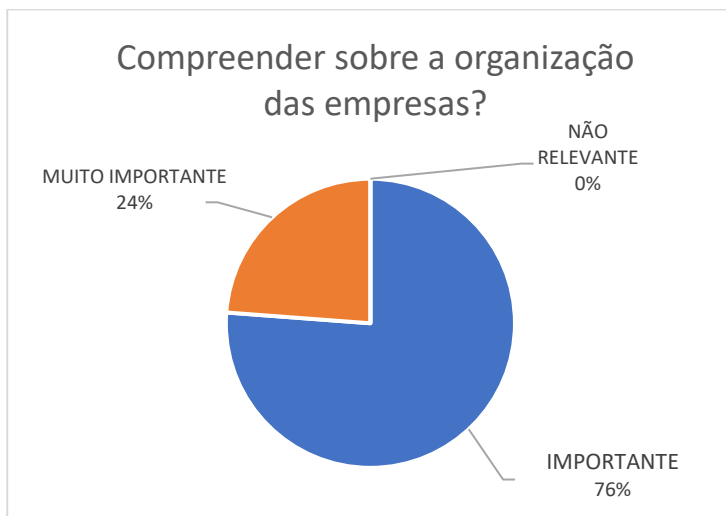


Tabela 4 – Fonte Próprio Autor

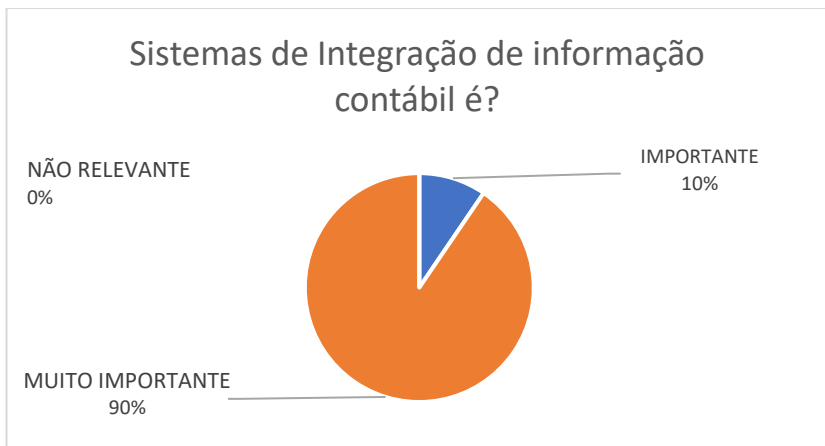


Tabela 5 – Fonte Próprio Autor

Os resultados apresentados só afirmam a opinião de ERNESTO (2018, p.10), assegura que os profissionais de contabilidade têm que estar preparados para conviver com as demonstrações contábeis e os novos princípios na qual prevalece a essência econômica sobre a forma. Entretanto para o profissional contábil, passou a ser necessário seu aperfeiçoamento e atenção as novas tecnologias, visto que a evolução das informações traz um novo cenário no mercado contábil.

A revista Exame, publicou em dezembro de 2017 o novo perfil de uma das profissões mais estáveis no Brasil que é o Contador, a matéria menciona sobre as automações dos processos de contabilidade que ocorre por parte dos sistemas onde o contador passa para uma posição de Gestor. Salotti (Exame, 2017) cita que “O profissional deixou de produzir os dados e passou a analisá-los, com o

objetivo de prever o impacto contábil de cada decisão de negócios”, o contador passou a ter uma posição estratégica e de desempenho de processos, soluções e economias, o papel burocrático e operacional está sendo supridos pelas ferramentas digitais.

CONCLUSÃO

A Contabilidade na era digital, passou a ser eficiente e rápida, portanto, o profissional contábil também precisou evoluir. Com a era digital, as obrigações acessórias, os sistemas contábeis e ferramentas auxiliares disponíveis hoje no mercado, e passa ser primordial para exercício da profissão contábil, de maneira mais eficiente e rápida.

Por si só os sistemas não trazem resultados surpreendentes, eles facilitam os processos, pois sempre será necessário um profissional contábil operando, orientando e pensando, visto, que ele é o detentor do conhecimento. O novo perfil do contador faz com que a contabilidade não morra, mas se modifique para o novo cenário do mundo dos negócios.

REFERENCIAS

FACILITE, 2022, **O futuro da Contabilidade** < <https://www.facilite.co/o-futuro-da-contabilidade/>> Acesso em 10.06.2022

FACILITE 2022, **As 10 Maiores empresas de Contabilidade Online** < <https://www.facilite.co/as-10-maiores-empresas-de-contabilidade-online/>> Acesso em 10.06.2022

FAZENDA, Sped. Gov – Apresentação <
<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/964>> - Acesso
em 10.06.2022

GIL, Antonio de Loureiro, **Sistemas de informações contábeis: uma Abordagem Gerencial**, Saraiva, 1.^a Edição 2012;

Kiyosaki, Robert T – **Pai Rico, Pai Pobre** – Edição de 20 anos atualizada e ampliada, Alta Book Editora, 2017

Lopes, André Charone Tavares Lopres – **Temas da Doutrina Científica da Contabilidade**, Biblioteca 24 horas Seven System Internacional Ltda, 2009, Ed. São Paulo;

Lima, João Paulo Resende de Lima – **Para além de números: a relação entre a Contabilidade e a pandemia de Covi-19**, Artigo 21.º USP International Conference in Accounting 2021, Ed. São Paulo <
<https://congressosp.fipecafi.org/anais/21UspInternational/ArtigosDownload/3480.pdf>>; Acesso em 10.06.2022

Nardon, Arthur Filho – **Da escrituração manual ao SPED – A relação do fisco com as empresas** - Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, 2010 <
http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_sped

.pdf>; Acesso em 10.06.2022

MARION, José Carlos, Contabilidade Básica – 12 Edição, São Paulo – Atlas, 2018

Nune, Ivanil - **Contexto Econômico (Série Universitária)**, Editora Senac São Paulo, 2020;

Pêgas, Paulo Henrique – **Manual de Contabilidade Tributária**, Atlas, 2020, Ed. São Paulo;

Santos, Franklin, - Contabilidade Básica, 1.^a Edição, Clube dos Autores, 2011

Vaassen, Eddy – Meuwissen, Roger – Schelleman - Controle Interno e Sistemas de Informação Contábil – 2013, Editora Saraiva

GESTÃO FINANCEIRA FAMILIAR: um estudo com os trabalhadores de Campo Grande – MS

Willian Maachar

INTRODUÇÃO

A gestão financeira se origina de administrar, nesse trabalho a referência é da gestão financeira familiar, a falta de planejamento financeiro traz como consequência o endividamento ou a renda não é satisfatória para o término do mês, abrindo assim oportunidades para utilizar cartão de crédito em compras a prazo ou até empréstimos.

Nesse capítulo é demonstrado de uma forma detalhada como as famílias administram seu dinheiro, se é de uma forma segura ou não, se pensam no futuro, deixando alguma reserva para algo inesperado se caso acontecer. A facilidade de financiamentos e empréstimos faz com que o trabalhador tenha mais tendência a gastar, por isso antes e efetuar aquela compra tão desejada precisa-se pensar: “será necessário esse gasto?!” Para isso é fundamental fazer o controle financeiro para que os gastos não sejam maiores que a renda, para que não ocorra uma desordem no patrimônio da família, há uma necessidade de se saber administrar sua renda e saber usar algumas ferramentas financeiras para conseguir enxergar de forma clara como está o patrimônio, se há mais despesas ou receitas. A

construção de cada patrimônio depende da disciplina financeira, de cada tomada de decisão.

A pesquisa foi realizada por meio de pesquisa qualitativa, visando analisar e descrever fatos que foram encontrados nos questionários, também foi uma pesquisa descritiva, exploratória e bibliográfica, a fim de descrever as características das famílias retratando o máximo possível de realidade e identificar melhor o fato que não é muito explorado e foram utilizados livros e materiais já publicados para um melhor entendimento. Para se chegar a conclusão dos objetivos propostos foi feito um questionário contendo 19 questões de múltipla escolha, esse questionário foi respondido por 325 pessoas e assim foram feitas as análises e desenvolvidos gráficos para melhor visualização.

Desenvolvimento

A presente pesquisa foi para analisar o planejamento financeiro da população do município de campo grande mato grosso do Sul, conforme análise amostral infinita foram entrevistados diferentes tipos indivíduos, atendendo todas as classes sociais. A técnica de pesquisa é qualitativa, segundo Severino (2000) e Godoy (1995), a abordagem qualitativa visa analisar e descrever fatos do ponto de vista que estão sendo estudados, obtendo uma visão geral. As técnicas de coleta de dados foram por meio de questionários voltados aos trabalhadores de Campo Grande – MS.

Também caráter descritivo, que tem o objetivo estudar a característica de algum assunto ou de algum grupo.

Segundo Cervo, Bervian e Silva (2007, p.61)

“A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Procura descobrir, com a maior precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características. Busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas.”

Este estudo também possui um caráter de pesquisa exploratória, que permite ao investigador aumentar seu conhecimento sobre determinado assunto ou problema. O pesquisador procura se aprofundar em uma realidade buscando fatos ocorridos para planejar uma pesquisa (TRIVIÑOS, 1987).

A Pesquisa também será bibliográfica que se utiliza livros para melhor ser elaborado.

Segundo Gil (2008, p.50)

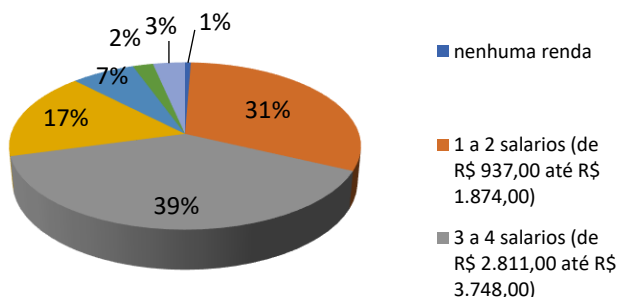
“A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido

algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.”

Foram utilizadas várias fontes bibliográficas para que fosse desenvolvido esse trabalho.

O questionário foi elaborado para que os trabalhadores de Campo Grande - MS respondessem de acordo com sua gestão financeira. Com isto, foi realizado com 329 pessoas, sendo 3 excluídos e ficando com 325 no total. Com 5,41% de erro amostral e 95% de confiabilidade. Onde foi aplicado do dia 18 de setembro de 2020 até 02 de outubro de 2020, e para que se pudesse chegar aos resultados foram desenvolvidos gráficos de análise. Segundo IBGE a Cidade de Campo Grande – MS possui um salário médio mensal de 3,5 salários mínimos, sendo que o salário mínimo está no valor de R\$ 1.045,00. O questionário foi aplicado por meio de pesquisa online através do Google Forms. Assim a faixa salarial pesquisada foi de nenhuma renda até acima de 10 salários mínimos. Para que se pudesse entender a gestão financeira familiar, foram feitas análises de sua renda familiar.

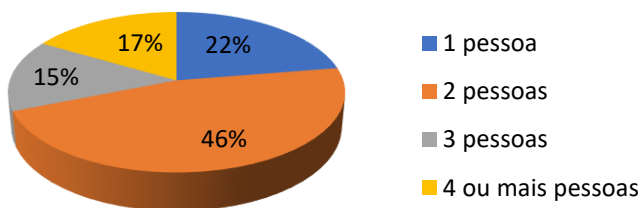
Gráfico 01 – Qual o valor da sua renda familiar.



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

A primeira pergunta do questionário foi sobre a renda familiar, predominou que 39% dos entrevistados possui renda de 3 a 4 salários mínimos, para sustento familiar.

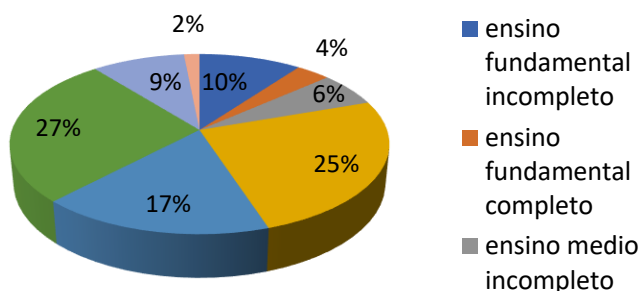
Gráfico 2 – Quantas pessoas são provedoras dessa renda.



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

De acordo com o gráfico, 22% das pessoas disseram que a renda que possuem é de apenas um provedor, já 46% a renda provem de duas pessoas, 15% disseram que a renda provem de três pessoas e 17% a renda provem de quatro ou mais pessoas.

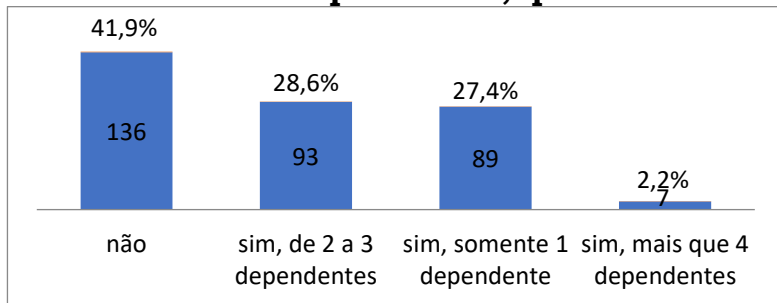
Gráfico 3 – Qual a escolaridade das pessoas provedoras da residência.



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Conforme informações apresentadas 10% das pessoas entrevistadas possuem apenas o ensino fundamental incompleto, 4% possuem ensino fundamental completo, 6% possuem ensino médio incompleto, 25% possuem ensino médio completo, 17% possuem ensino superior incompleto, 27% possuem ensino superior completo, 9% possuem pós-graduação (especialização) e 2% dos entrevistados possuem pós-graduação (mestrado, doutorado).

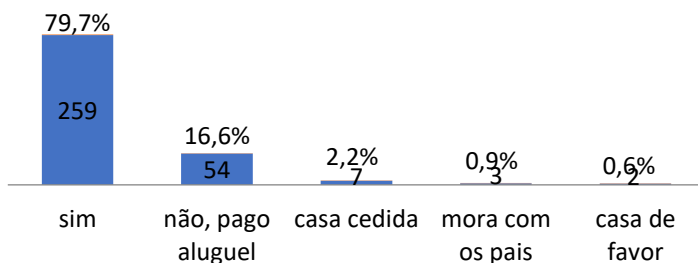
Gráfico 4 – Possui dependentes, quantos.



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

De acordo com os entrevistados 41,9% não possuem dependentes, já 28,6% possuem um dependente, 27,4% possuem de dois a três dependentes e 2,2% possuem mais que quatro dependentes.

Gráfico 5 – Possui moradia própria.

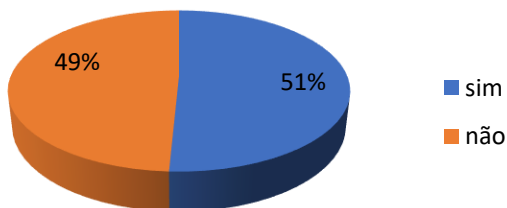


Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Dos entrevistados 80% possuem moradia própria, 17% pagam aluguel, 2% a casa em que

moram é cedida, 1% moram com os pais e os outros 1% moram em casa de favor.

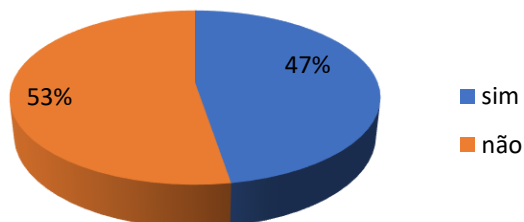
Gráfico 6 – Você já participou de alguma palestra/curso de educação financeira.



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Das pessoas entrevistadas 51% das pessoas disseram que já participou de alguma palestra/corso de educação financeira, já 49% das pessoas não participaram.

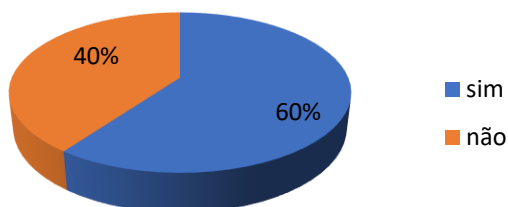
Gráfico 7 – Você possui um planejamento financeiro.



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Na questão de planejamento financeiro 47% dos entrevistados informaram que possuem um planejamento financeiro e 53% não possuem.

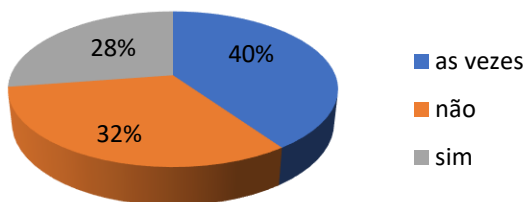
Gráfico 8 – Você acredita que administra bem o seu patrimônio.



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Dos entrevistados 60% acredita que administra bem o seu patrimônio, já 40% não administram bem.

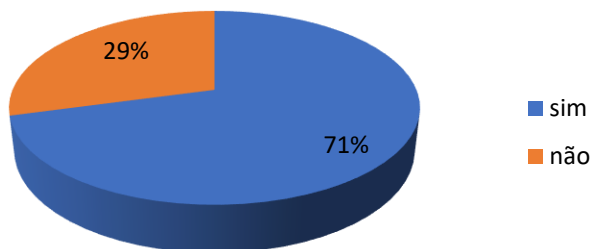
Gráfico 9 – Sua renda é satisfatória para o mês laboral.



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Na questão 9 ao perguntar se a renda é satisfatória para o mês, 40% das pessoas informaram que as vezes é satisfatória para o mês, já 32% disseram que não, e como pode-se verificar apenas 28% dos entrevistados disseram que a renda é satisfatória para o mês.

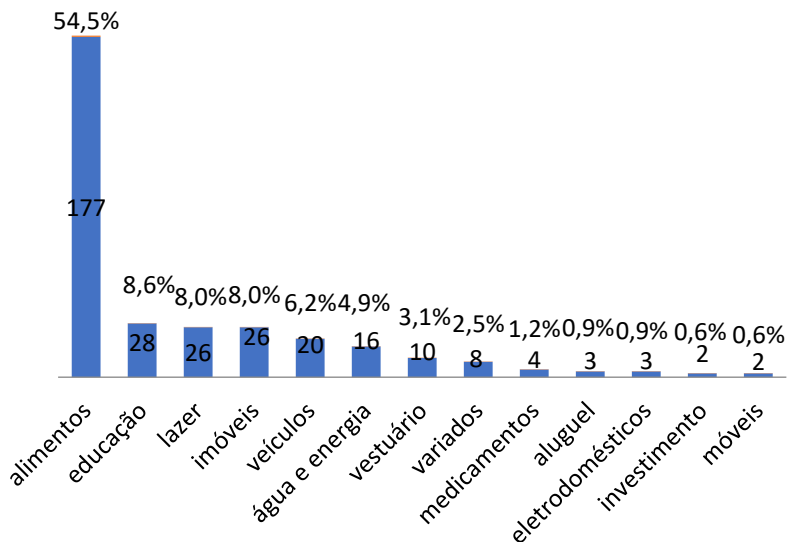
Gráfico 10 – Você acredita que gasta algum dinheiro por impulso em algo desnecessário.



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

A maioria das pessoas como pode-se verificar 71% falaram que gasta dinheiro por impulso ou algo desnecessário, já 29% das pessoas acreditam que não gastam dinheiro por impulso. Nesse gráfico pode-se analisar a gestão financeira da família, se 71% das pessoas falaram que acredita que gasta dinheiro por impulso pode ser que por esse motivo seu dinheiro não dê para o mês todo conforme o gráfico anterior.

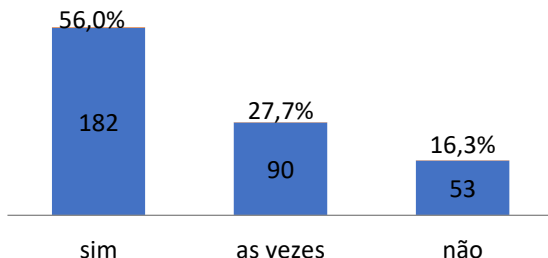
Gráfico 11 – Com que gasta a maior parte da sua renda.



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Nesse gráfico a opção mais predominante é alimentos. 54,5% dos entrevistados dizem que gasta a maior parte de sua renda com alimentos, já em segundo lugar vem educação com 8,6%, lazer com 8%, imóveis também com 8%, veículos 6,2%, outros 4,9% disseram que gasta a maior renda com água e energia, já 3,1% gastam com vestuário, 2,5% com variados, 1,2% com medicamento, 0,9% também com aluguel, 0,9% com eletrodomésticos, 0,6% gastam com investimento e outros 0,6% gastam a maior parte de sua renda com móveis.

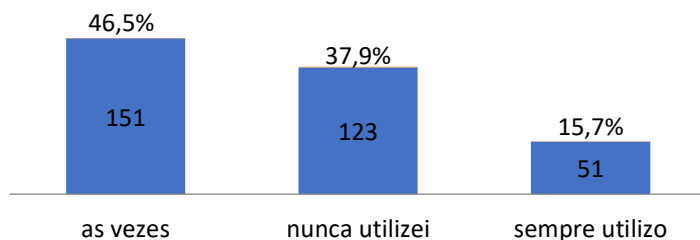
Gráfico 12 – Seus proventos atuais atende as suas necessidades básicas.



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Dos entrevistados 56% das pessoas disseram que sim, seus proventos atuais atendem as suas necessidades, já 27,7% das pessoas disseram que as vezes atende, e 16,3% disseram que não, que seus proventos não atendem as suas necessidades básicas.

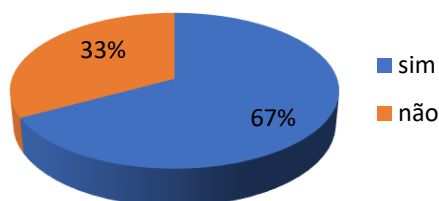
Gráfico 13 – Utiliza limite de sua conta bancária.



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Ao analisar o gráfico, pode-se observar que a maioria da população amostral precisa utilizar o limite bancário, para suprir necessidades financeiras.

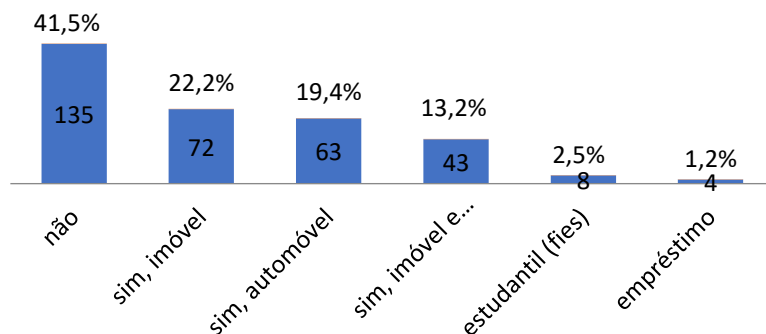
Gráfico 14 – Já solicitou empréstimo.



Fonte: Campo de pesquisa, 2020.

A maioria dos entrevistados como se pode ver já solicitou empréstimo com índice de 67%. Já 33% não utilizou empréstimo até o momento.

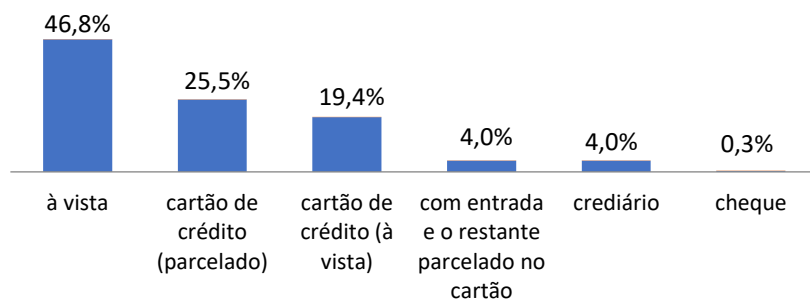
Gráfico 15 – Tem algum tipo de financiamento.



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

O índice de que as pessoas não possuem financiamento foi o que mais se destacou com 41,5% dos entrevistados, já 22,2% possuem financiamento de imóvel, 19,4% possuem financiamento de automóvel, 13,2% possuem financiamento de imóvel e automóvel, 2,5% dos entrevistados possuem financiamento estudantil e 1,2% possuem financiamento de empréstimo.

Gráfico 16 – Em suas compras qual a forma de pagamento mais utilizada.

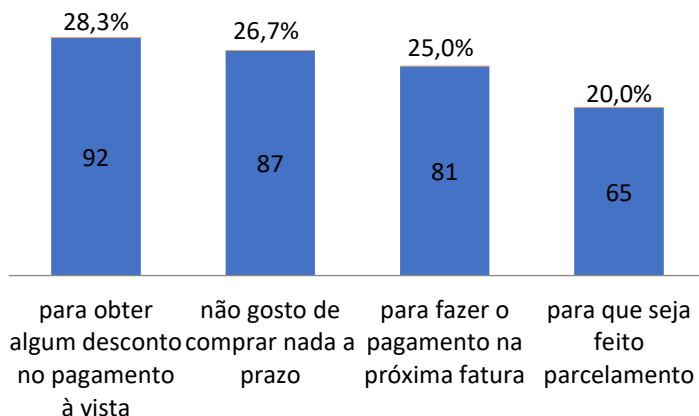


Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Ao serem questionados qual a forma de pagamento mais utilizada em suas compras, 46,8% as pessoas disseram que a forma mais utilizada é a compra a vista em dinheiro, já 25,5% das pessoas informaram que utiliza o cartão de crédito parcelado, 19,4% utilizam cartão de crédito a vista, 4% utilizam o método de dar entrada e o restante parcelar no

cartão, outros 4% utilizam o crediário e 0,3% utilizam como método de pagamento mais utilizado o cheque.

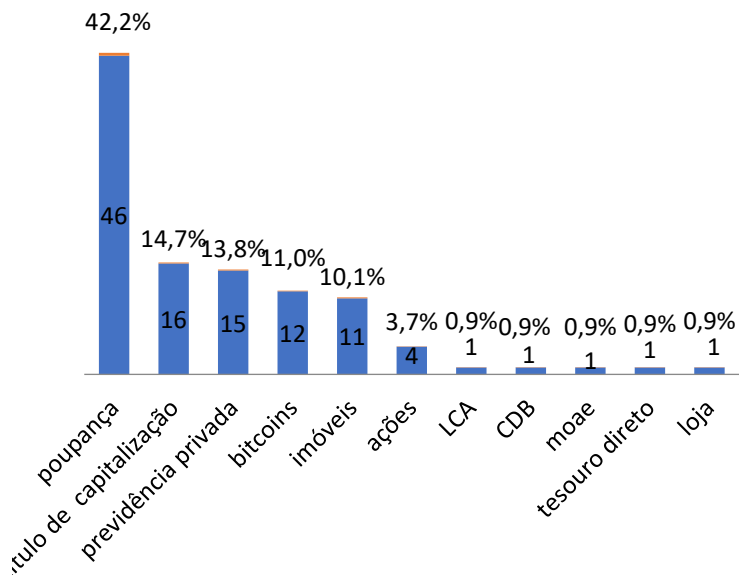
Gráfico 17 – Por que utiliza essa forma de pagamento.



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Foi perguntado também para os entrevistados por que eles utilizam o a forma de pagamento da questão 17. E o que mais se alavancou com 28,7% foi a opção de obter algum desconto no pagamento à vista. Sendo que foi filtrado as pessoas que responderam na questão 17 que preferem pagamento a vista e se deu o resultado de 152 pessoas no total e dessas pessoas 74 não gostam de comprar nada a prazo e 78 compram a vista para obter algum desconto. Já 26,7% não gosta de comprar nada a prazo, 25% gosta de utilizar a forma de pagamento para que o pagamento ocorra na próxima fatura. E 20% para que seja feito o parcelamento da compra.

Gráfico 18 - Se caso a resposta anterior tenha sido sim, em que investe.



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Como apenas 66% responderam que investem em algo na questão anterior, equivale a 109 pessoas. Dessas 109 pessoas 42,2% disseram que investem em poupança, 14,7% investem em título de capitalização, 13,8% disseram que investem em previdência privada, 11% investem em bitcoins, 10,1% investem em imóveis, 3,7 investem em ações, 0,9 investem em LCA (Letra de Crédito do Agronegócio), outros 0,9% investem em CDB (Certificado de Depósito Bancário),

0,9% investem em moae, outros 0,9% investem em tesouro direto e 0,9% investe em loja.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os dados coletados no questionário obteve-se a visão do conhecimento do indivíduo pertinente a educação financeira, de 100% dos entrevistados 51% das pessoas já participaram de palestra ou curso de educação financeira e 49% nunca participaram de nenhuma atividade de educação financeira. Em outra pergunta a maioria disse que não possui um planejamento financeiro equivale a 53% dos entrevistados, e outros 47% possuem planejamento financeiro. Perguntei também quantos que acreditam que administram bem o seu patrimônio e apenas 60% disseram que acredita que administra bem e 40% dos entrevistados disseram que não administram corretamente seu patrimônio.

Um ponto importante obtido através desta análise entre os 51% que possuem algum conhecimento relativo a educação financeira se sobressaem no decorrer da pesquisa, ao filtrar as pessoas que possui um planejamento financeiro e os que acreditam administrar bem o seu patrimônio são as mesmas que já teve uma instrução sobre a educação financeira, mostrando assim a importância do entendimento na área.

REFERÊNCIAS

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6 Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

DESSEN, Marcia. **Finanças Pessoais: o que fazer com meu dinheiro**. São Paulo: Trevisan Editora, 2015.

FACHIN, O. **Fundamentos da metodologia**. São Paulo: Atlas, 2001.

FERREIRA, Rodrigo. **Como planejar, organizar e controlar seu dinheiro: manual de finanças**. 1 Ed. São Paulo: IOB Thomson, 2006.

FABRETTI, L. C. et al. **Contabilidade tributária**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

FRANKENBERG, Louis. **Seu futuro financeiro**. 13 Ed. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa de pesquisa social**. 6 Ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2008.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 57-63, mar./abr. 1995. Disponível em: <<http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10>>.

1590_S0034-75901995000200008.pdf>. Acesso em: 02 set. 2020.

IBGE. **Salário médio mensal dos trabalhadores formais.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/campo-grande/panorama>>. Acesso em: 03 nov. 2020.

MARION, J. C. **Contabilidade básica.** 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PAIVA, John Taylor. **O Segredo da Educação para Saúde Financeira.** Joinville/SC: Editora Clube de Autores, 2013.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade para concursos e exame de suficiência.** 3 Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2013.

Ciências Contábeis e a Contemporaneidade

A CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA E SEU PAPEL PARA SOBREVIVÊNCIA DAS MICROEMPRESAS E PEQUENAS EMPRESAS

Deiseane Veiga

INTRODUÇÃO

O presente capítulo tem por objetivo demonstrar a importância da escrituração contábil e seus reflexos na gestão tributária das micros e pequenas empresas. No Brasil, são considerados micros e pequenas, os faturamentos de até 4,8 milhões; segundo dados publicados pela Receita Federal em conjunto com o SEBRAE, cerca de 3,9 milhões de CNPJ abertos, 80% correspondem a essas. Diante a legislação tributária, essas empresas podem optar por um tratamento tributário diferenciado que é o Simples Nacional, criado pela Lei Complementar 123/2006, recomendando que façam os pagamentos dos impostos de forma simplificada e com a menor carga tributária. Por terem um tratamento diferenciado, muitos não se atentam ao cumprimento da conformidade contábil e fiscal no momento de preencher suas obrigações, apurar os impostos e fazer a escrituração contábil, não se atentando sobre qual a visão que seus usuários terão das informações financeiras e contábeis geradas por elas, essa ausência muitas vezes

causa reflexos nas informações repassadas proporcionando riscos para empresas, como multas por infrações, autuações e até exclusão do regime. O estudo desenvolvido tem o objetivo de compreender como a gestão tributária e a contabilidade possuem uma grande influência para sobrevivência dessas empresas. A pesquisa foi baseada na análise dos dados publicados por meio de sites oficial do governo, estudo em revistas, legislação tributária, pesquisa em obras de contabilidade tributária, com intuito de compreender a importância da gestão tributária para pequenas empresas.

CONTEXTO HISTÓRICO

As micro e pequenas empresas começaram a ter seu tratamento diferenciado pela Constituição Federal de 88, no Art.170 inciso IX estabelece, “tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País”, visando simplificar as suas obrigações administrativas como menciona o Art. 179 Constituição Federal 88. Dentre esse tratamento diferenciado, estabelecido pela legislação, é regime o simplificado de arrecadação chamado Simples Nacional, constituído pela CF art. 146, Inciso III, alínea “b” regulamentado Lei Complementar 123/2006. O Simples Nacional é um regime tributário diferenciado para pequenas e médias empresas, onde tem estabelecido as principais

características desse tratamento diferenciado no Art. 1.º da Lei Complementar 123/2006:

“Art. 1o Esta Lei Complementar estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, especialmente no que se refere:

I - à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias;

II - ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias;

III - ao acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão.

IV - ao cadastro nacional único de contribuintes a que se refere o inciso IV do parágrafo único do art. 146, in fine, da Constituição Federal.” (LC 123/2006)

As pequenas empresas representam um faturamento médio de R\$ 27,9 mil sendo que 42,2% pertencem ao setor do comércio; 36,6% serviços; 44,8% dos empregos formais do País, segundos dados publicado pelo governo federal em 2021. O mesmo comenta sobre a fragilidade

dessas empresas, seja por fatores externos, como ausência de fluxo de caixa, dificuldade no planejamento e acesso a fornecedores e credores.

Com esses dados publicados, deixo o seguinte questionamento para as empresas “Quais os impactos da ausência da contabilidade e a importância de gestão tributária para empresas?” Para Pêgas (2017) a contabilidade organizada é fundamental para processo de tomada de decisões, mesmo para pequenas empresas, pois pode impactar no momento do recolhimento do imposto, como diz:

“Mas, mesmo assim, é fundamental destacar a importância da contabilidade organizada como instrumento de tomada de decisões, inclusive em relação a empresas de menor investimento.

Fico imaginando uma pequena empresa que promove festas infantis, por exemplo. A receita, pelo regime de competência, acontece apenas no dia do evento realizado, quando o serviço é produzido e prestado ao cliente. No entanto, o recebimento pecuniário acontece normalmente antes, às vezes com grande antecedência. Sem escrituração contábil regular, o pequeno empresário vai pagar tributos antecipadamente, sem necessidade.” PÊGAS (2017, p.461)

Portanto, o desenvolvimento da escrituração contábil regular e a aplicação de procedimentos para que seja escriturada de forma correta, tem impactos diretos na forma como é realizada a

gestão tributária.

A CONTABILIDADE E AS MICROEMPRESAS

Santos, Fernando de Almeida (2014), destaca que a contabilidade tem a finalidade de fornecer controles e informações sobre o patrimônio com objetivo de promover os seus usuários, a informações dos aspectos econômicos, financeiros e sociais; já para Frabetti (2017) o conceito da contabilidade tem evoluído durante o tempo, acompanhando as mudanças e desenvolvimento dos negócios, das empresas e da globalização da economia.

Para Santos, Fernando de Almeida (2014) a contabilidade e suas mudanças legais no Brasil para padronização contábil internacional proporcionou oportunidades para mercado de trabalho e maior competição para empresas nacionais, pois a constituição do Simples Nacional de forma diferenciada de tributação e cumprimentos das obrigações acessórias, tem favorecido as pequenas e médias empresas na sua operacionalidade e administração, abrindo novas oportunidades para empreendedores do nosso país.

A Lei 10.406/2002, dispensa no Art. 1.179 § 2º o pequeno empresário, a escrituração contábil e levantamento de balanço anual mas, a Lei Complementar 123/2006, obriga as empresas o controle em livro caixa e de estoque para comprovação de movimentação, pois conforme definido no Art. 29.º, VII, a falta de controle em livro

caixa pode ocorrer exclusão do simples por meio de ofício.

As microempresas e empresas de pequeno porte, embora a legislação não as obrigue a fazer a escrituração contábil, as ausências desses controles podem trazer vários reflexos, como Pêgas, destaca:

- “a. O Código Comercial Brasileiro exige escrituração contábil completa para servir de instrumento de prova em juízo e em eventuais acertos de direitos dos sócios, acionistas, seus herdeiros ou sucessores.
- b. No Livro-Caixa somente poderá ser contabilizada a movimentação financeira, não se registrando as compras e vendas a prazo, os empréstimos e demais valores a pagar e a receber.
- c. O levantamento de balancetes e balanços de forma adequada, reduzindo a insegurança e os prejuízos que podem ser acarretados pela falta de registro de seus direitos e suas obrigações” .(PÊGAS 2017, p.461)

A escrituração contábil é útil para empresas micro e pequenas, conforme Santos, Fernando de Almeida diz:

- “As demonstrações contábeis são úteis para:
- buscar financiamentos, pois podem, inclusive, subsidiar informações para os projetos;
 - divulgar os resultados para os sócios e

investidores, auxiliando na tomada de decisão, acompanhamento e controle;

- informar os funcionários, terceirizados, fornecedores e sociedade externa, a fim de que estes tenham clara a situação da empresa.

A elaboração e divulgação dos demonstrativos possibilitam maior transparência, além de auxiliar controles internos e a tomada de decisão.” SANTOS (2014, p.20)

É importante observar que a contabilidade tem o papel de demonstrar a quantidade de empresas, que estão consolidadas, afins de também garantir sua competitividade no mercado, pois para empresas em seu primeiro ano com dificuldade do cenário econômico, a contabilidade serve como uma ferramenta para complementar e contribuir para gestão das empresas, principalmente em relação à gestão tributária.

A GESTÃO TRIBUTÁRIA

Para Fabretti (2007, p.32), o estudo tributário “é o estudo feito preventivamente, ou seja, antes da realização do fato administrativo, pesquisando-se seus efeitos jurídicos e econômicos e as alternativas legais menos onerosas.”

A gestão tributária é uma importante ferramenta para empresas diante o sistema tributário atual de nosso país, devido inúmeros questionamentos e julgamentos, conforme interpretação das leis pelos órgãos fiscalizadores e

mudanças na legislação, fazem que as empresas tenham a necessidade de empreender mais tempo e investimento na sua gestão tributária. Em 2017 o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) publicou em seu site que o Brasil edita cerca de 800 normas por dia fazendo com que o país tenha uma das legislações mais complexas do mundo, o mesmo instituto também publicou em seu site que até junho/2017 os brasileiros pagaram mais de um trilhão de impostos, para Maggi:

“O Planejamento Tributário vem sendo realizado pelas empresas com o objetivo de reduzir o pagamento dos impostos. Ele tornou-se indispensável, pois a legislação tributária brasileira é muito complexa, com inúmeras leis e constantes alterações, o que dificulta a interpretação dos empresários, assim como em se manterem atualizados em virtude dos diversos influenciadores na gestão empresarial. Porém, é de grande importância realizar uma análise administrativa com base na estratégia das empresas, visando reduzir custos e, principalmente, aprofundar o conhecimento de uma importante ferramenta para a competitividade no mercado.” MAGGI (2009, p.56).

Com tanta complexidade nas normas tributárias a falta de conhecimento dos empresários e ausência de investimentos na área tributária, faz com que muitas empresas acabam aumentando sua carga tributária. Teixeira e Zanluca

(2008, p. 03), diz que gestão tributária “é o processo de gerenciamento dos aspectos tributários de uma determinada empresa, com a finalidade de adequação e planejamento, visando controle das operações que tenham relação direta com tributos”, já Mario Amigo (2017), diz que “A complexidade do arcabouço tributário nacional traz um custo implícito, tanto para o governo quanto para sociedade.”

Mas com o aumento das empresas, para pagar menos impostos e de prevenir muitas vezes riscos fiscais, Mario Berti (2017) afirma, “Se antes o planejamento tributário era visto como um instrumento complexo e encarado com receio pelos empresários brasileiros, hoje tem atraído cada vez mais interesse das empresas”

A gestão tributária é um trabalho contínuo de forma lícita, conforme Fabretti destaca:

“O planejamento tributário preventivo (antes da ocorrência do fato gerador do tributo) produz a elisão fiscal, ou seja, a redução da carga tributária dentro da legalidade. O perigo do mau planejamento é redundar em evasão fiscal, que é a redução da carga tributária descumprindo determinações legais, classificadas como crime de sonegação fiscal (Lei no 8.137/90). ” FABRETTI (2017, p.37)

Portanto a gestão tributária estuda as possibilidades de forma contínua com intuito de proporcionar melhorias para minimizar os riscos

fiscais e ter a forma correta de pagamento dos impostos de forma menos onerosa.

Dentre os cuidados da gestão tributária é importante atentar-se a elisão fiscal, pois segundo Júlio César Zanluca, “Elisão Fiscal ou Planejamento Tributário é um conjunto de atos não proibidos pela lei, adotados por um contribuinte visando uma menor carga tributária, mesmo quando este comportamento prejudica o Tesouro. Entretanto, o contribuinte deverá acercar-se de precauções legais e procedimentos, para não caracterizar o planejamento como evasão (sonegação) fiscal.” Para prática de uma gestão tributária é importante atentar-se as regras tributárias para não praticar a evasão fiscal, assim correndo o risco de autuações por parte do fisco.

REFLEXOS DA AUSÊNCIA DE CONTROLES CONTÁBEIS E GESTÃO TRIBUTÁRIAS NAS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS

Quando falamos em gestão tributária e conformidade na contabilidade das pequenas e médias empresas, em primeiro momento soa como processo simples de acompanhamento e escrituração fiscal, devido ao baixo fluxo de informações que empresas deste porte geram, além do tratamento tributário diferenciado. Mas os que muitos empresários não observam são que as informações da sua contabilidade estão totalmente relacionadas na forma como seus impostos são apurados e como suas obrigações acessórias são

preenchidas, Fabretti diz:

“A eficiência e exatidão dos registros contábeis são fundamentais para que a administração planeje suas ações. A contabilidade, entre outras funções, é instrumento gerencial para a tomada de decisões. Por isso, deve estar atualizada e emitir relatórios simples e claros para o administrador. Sem relatórios objetivos e atualizados, não é possível fazer qualquer tipo de planejamento sério e consequente.”
FABRETTI (2017:38)

Muitas empresas micro e pequenas, não levam em consideração a importância da sua escrituração contábil, a falta de atenção pode impactar de forma significativa no seu regime tributário, segundo processo n.º 10380.727707/2012-35 de Julho de 2018 publicado pelo CARF, a empresa julgada teve sua exclusão do Simples Nacional devido escrituração deficiente ocasionando multa por omissão de receita e arbitramento do lucro referente ao ano calendário de 2017, em outro caso publicado pelo CARF foi o processo n.º 10580.720674/2015-99 de Junho de 2018, devido divergência entre os valores escriturados com os declarados ao fisco, neste caso a falta de conformidade na entrega das obrigações acessórias caracterizando omissão de receitas assim ultrapassando o limite do Simples Nacional ocasionando sua exclusão.

Para empresas do Simples Nacional é importante a escrituração contábil, pois ela reflete na

obrigação acessória entregue todo ano ao fisco, chamada DEFIS, esta obrigação é preenchida por meio eletrônico e entregue pelo portal do Simples Nacional conforme orientado pelo Manual PGDAS-D(2018) publicado pela Receita Federal, em seu manual como se deve preencher a declaração. Para preenchimento da declaração é necessário possuir algumas informações que a contabilidade pode proporcionar de forma correta:

Tabela 1 – Informações Solicitadas para Preencher a DEFIS (Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscal)

Informações	Complemento
1. Ganhos de capital (R\$):	Informar o valor correspondente ao ganho de capital.
2. Quantidade de empregados no início do período abrangido pela declaração	Informar o número de empregados da empresa no início do período abrangido pela declaração.
3. Quantidade de empregados no final do período abrangido pela declaração	Informar o número de empregados da empresa no fim do período abrangido pela declaração.
4. Caso a ME/EPP mantenha escrituração contábil e tenha evidenciado lucro superior ao limite de que trata o § 1º do art. 131 da Resolução CGSN nº 94, de 29/11/2011, no período abrangido por esta declaração, informe o valor do lucro contábil apurado	Informar o valor do lucro contábil apurado.

Ciências Contábeis e a Contemporaneidade

(R\$):	
5. Receita proveniente de exportação direta (R\$):	Informar a receita proveniente de exportação direta, caso a pessoa jurídica tenha informado no PGDAS- D.
6. Receita proveniente de exportação por meio de comercial exportadora:	Informar o(s) CNPJ(s) da(s) empresa(s) comercial(is) exportadora(s) e o(s) valor(es) correspondente(s) à(s) operação(ões).
7. Identificação e rendimentos dos sócios	
7.1. Rendimentos isentos pagos ao sócio pela empresa (R\$):	Informar os rendimentos isentos do imposto de renda, na fonte e na declaração de ajuste do beneficiário, efetivamente pagos ao sócio ou ao titular da pessoa jurídica, exceto os correspondentes a pró-labore, aluguéis ou serviços prestados.
	Observar o §1º do artigo 14 da Lei Complementar 123/2006.

7.2. Rendimentos tributáveis pagos ao sócio pela empresa (R\$):	Informar como rendimentos tributáveis os valores pagos ao sócio ou ao titular da pessoa jurídica que corresponderem a pró-labore, aluguéis ou serviços prestados. Observar o §1º do artigo 14 da Lei Complementar 123/2006
7.2. Rendimentos tributáveis pagos ao sócio pela empresa (R\$):	Informar como rendimentos tributáveis os valores pagos ao sócio ou ao titular da pessoa jurídica que corresponderem a pró-labore, aluguéis ou serviços prestados. Observar o §1º do artigo 14 da Lei Complementar 123/2006
7.3. Percentual de participação do sócio no capital social da empresa no último dia do período abrangido pela declaração (%):	Informar o percentual de participação, do sócio ou do titular da pessoa jurídica, sobre o capital social na data do último dia a que se refere a declaração. A soma do percentual de participação dos sócios ou titulares da pessoa jurídica deverá ser igual a 100%.

Fonte: Adaptado do Manual da PGDAS- Receita Federal (2022)

Portanto ao analisar as informações solicitadas pela Receita Federal, podemos observar que a contabilidade é uma ferramenta imprescindível para

correto preenchimento DEFIS, a fim de evitar divergências de informações contábeis ocasionando sanções fiscais para empresas conforme citados do CARF. Os casos apresentados mostram como a contabilidade reflete diretamente na parte da gestão fiscal, pois ela é a que proporciona informações necessárias para gestão tributária. Outros reflexos também apresentados, pela ausência de escrituração contábil foi no período na pandemia do COVID-19, onde o governo liberou uma linha de crédito especial, onde muitas empresas que já apresentavam dificuldade de caixa não podem acessar esse crédito pela ausência de escrituração regular e conformidade nas suas obrigações acessórias.

Quando falamos em irregularidades fiscais, não está somente na parte de escrita contábil, é importante que as empresas observem, que para obter o regime tributário diferenciado é necessário cumprir alguns requisitos, como:

- Atenção da Segregação das Atividades, quando um sócio possui mais de uma empresa por conta da soma da receita bruta;
- Evitar débitos tributários;
- Sócio com participação mais de 10% em outra Pessoa Jurídica não optante do Simples Nacional.

A falta de planejamento na abertura de empresa, faz com que acabam sofrendo com a carga tributária maior do que prevista, pela ausência do planejamento e estudo tributário, Siqueira diz que:

“o planejamento envolve análises detalhadas da forma de constituição da empresa (contrato social, subordinação à legislação específica, deveres para com a sociedade – papel social -, maior ou menor facilidade em se realizar novos processos na criação de novas empresas, etc.); de contabilidade; tributário (identificação da carga tributária total que incide na empresa, de acordo com as atividades operacionais que desenvolve e da forma como desenvolve. Nessa avaliação estão inseridas todas as espécies de tributo existentes – municipais, estaduais e federais, inclusive as contribuições sociais e trabalhistas); e estratégica de mercado (relativamente a forma de estruturação dos contratos com fornecedores, clientes, terceiros contratados, etc.)” SIQUEIRA(2011)

Os eventos de desenquadramento do Simples Nacional apresentado pelos dados da Receita Federal e a falta da escrituração, conformidade nos documentos emitidos, falta na segregação de atividades, somando assim o faturamento e ultrapassando o limite estabelecido, por débitos e muitas vezes por medidas administrativas e documentos fiscais emitidos em desacordo com a legislação vigente.

Muitas das vezes a exclusão do Simples Nacional é por falta de controles internos nas empresas, escrituração contábil, planejamento e acompanhamento tributário com a intenção de

identificar riscos dos atos administrativos a serem praticados com intuito de evitar sanções administrativas, por parte do fisco.

Para Siqueira (2011), quando uma empresa desenvolve seu planejamento estratégico com base no planejamento tributário as grandes chances de produzir um bem ou serviço de qualidade.

CONCLUSÃO

No desenvolvimento do estudo e análise das informações coletadas foi possível compreender que as micros e pequenas empresas enquadradas no Simples Nacional, por mais que foi instituído um tratamento tributário diferencial é necessário por parte dos empresários e profissionais de contabilidade uma tratativa mas atenciosa aos seus conceitos contábeis, entendimento de suas receitas e formas de apuração dos impostos, estudo mais afundo das atividades praticadas pelo empresário juntamente com as regras do Simples Nacional.

Pode-se também compreender que a gestão tributária vai mais além de analisar a forma como os tributos são calculados, engloba-se o estudo mais afundo da empresa desde a sua constituição planejamento até abertura e opção tributária além de um acompanhamento contínuo, pois a gestão tributária deverá ocorrer no dia a dia das empresas onde é apresentado as situações e os fatos geradores, com seu desenvolvimento é possível que as empresas do Simples Nacional muitas vezes possam analisar como será formado seu preço de venda, qual o

momento do fato gerador para emissão do documento fiscal evitando recolhimento de imposto fora do prazo, análise no momento da compra quando ao caso do ICMS e seus reflexos para empresas do simples.

O estudo pode proporcionar, uma visão mais complexa da gestão tributária nas empresas do Simples Nacional, pois devido existir vários conjuntos de leis que o regulamentam e resoluções por meio do comitê gestor do simples nacional, pude notar que é necessário um acompanhamento continuo e análise da legislação para evitar risco para empresas do simples, e um bom desenvolvimento da contabilidade para acompanhamento da evolução patrimonial e análise tributária.

Quanto a contabilidade para empresas do Simples Nacional é importante ressaltar que no estudo realizado pode-se compreender que por mais que a legislação permita a escrituração por livro caixa o mesmo não substitui a escrita contábil, pois a mensuração do patrimônio para que o empresário e seus usuários externos possam ter, é somente após levantamento do Balanço Patrimonial, diferente do livro caixa, por ele não proporciona detalhes como um Balanço, análise de índice de endividamento das empresas, algo que para pequenas empresas é necessário acompanhar para saber seu giro de caixa e retorno do capital investido principalmente para o seu primeiro ano de negócio. Com empreendedorismo no Brasil em alta muito deles estão conscientes que o quanto o planejamento faz parte do sucesso do seu negócio e que com esse planejamento é necessário

conformidade em sua contabilidade e gestão tributária para o sucesso de seu negócio.

Em resposta ao questionamento inicial do estudo a contabilidade alinha junto com a gestão tributário são imprescindíveis para empresas do Simples Nacional, pois pela nova forma se sua tributação, a conformidades das informações e o estudo delas para melhoria das empresas contribuem para minimizar seus riscos fiscais e aumentar a qualidade de segurança nas empresas.

REFERÊNCIAS

BRASIL, 1988, **Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988**, disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> acesso em 13 de Junho de 2022.

DE ALMEIDA SANTOS, Fernando, ESPENSER VEIGA Windsor - **Contabilidade com Ênfase em Micro, Pequenas e Médias Empresas**, 3ª Ed. Editora Atlas, 2014.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade Tributária.16.ed.** São Paulo: Editoras Altas,2017.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade Tributária.10.ed.** São Paulo: Editoras Altas,2007.

FAZENDA, Ministério Conselho Administrativos de Recursos Fiscais – **Processo n.º**

10580.720674/201599, disponível em <<http://carf.fazenda.gov.br/sincon/public/pages/ConsultarInformacoesProcessuais/exibirProcesso.jsf>>, acesso 13 de Junho de 2022.

FAZENDA, Ministério Conselho Administrativos de Recursos Fiscais – **Processo n.º 10380.727707/2012-35**, disponível em <<https://carf.fazenda.gov.br/sincon/public/pages/ConsultarJurisprudencia/consultarJurisprudenciaCarf.jsf>> acesso 13 de Junho de 2022.

GOV.BR, Governo Federal, “**Pequenas empresas demonstram forças e são as que mais crescem**” – disponível em <<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/forum-permanente/acesso-a-informacao/noticias-dos-estados/pequenas-empresas-demonstram-forca-e-sao-as-que-mais-crescem>>, Acesso: 13 de Junho de 2022.

HIGUCHI, H.; HIGUCHI, C. H. **Imposto de renda das Empresas - Interpretação e prática. Interpretação e prática: atualizado até 15-02-2017.** Disponível em <www.crcsp.org.br/portal/publicacoes/livros/imp-osto-de-renda-das-empresas.pdf> acesso em: 13 de Junho 2022.

Lei Complementar 123/2006 **Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Disponível** em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/LCP/L

cp123.htm> Acesso em: 13 de Junho de 20022

Lei Complementar 155/2016 Alterações do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Disponível: <
http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm> Acesso em: 13 de Junho de 2022

MAGGI, Luiz. **Planejamento Contábil e Tributário. 1ªEd** Belo Horizonte: Fumarc, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**, 8.º Ed. São Paulo, 2017.

PÊGAS, Paulo Henrique. **Manual de contabilidade tributária 9.ed.** Rio de Janeiro, 2017.

Receita Federal do Brasil, **Estatísticas de Optantes do Simples Nacional e SIMEI, Total de Eventos Praticados por mês.**
<<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Aplicacoes/ATBHE/estatisticasSinac.app/Default.aspx>> acesso em 13 de Junho 2022.

SEBRAE, **LEI GERAL DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS** “Conheça a história do estatuto da pequena empresa”, disponível em <
<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/historico-da-lei-geral,8e95d6d4760f3610VgnVCM1000004c00210aRCRD>> Acesso em: 13 de Junho de 2022.,

SIQUEIRA, Antônio Carlos Pedroso de. **O Planejamento Tributário: O que representa e como é desenvolvido.** Disponível

em

:<<https://siqueiraeassociados.wordpress.com/2011/10/01/planejamento-tributario-o-que-representa-e-como-desenvolvido/>> acesso em 13 de Junho de 2022.

ZANLUCA, Júlio César **PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO,**

disponível em <

<http://www.portaltributario.com.br/planejamento.htm>> acesso em 13 de Junho de 2022.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA AS ORGANIZAÇÕES

Valmir da Silva Rezende
Ayron Vinícius Pinheiro de Assunção
Ryan Caldas Quevedo
Doris Day Nantes Miranda Gomes

INTRODUÇÃO

A importância de se analisar as demonstrações contábeis, pois através dessa análise é possível identificar um panorama da situação econômica e financeira onde as organizações se encontram. Sendo relevante para a formação de futuros profissionais da área de gestão e negócios, pois permite a ampliação dos conhecimentos adquiridos a respeito da estrutura das demonstrações contábeis, também na utilização de indicadores para melhor elucidar as informações trazidas por essas análises.

O estudo é norteado a partir do problema de pesquisa: **quais são as principais contribuições que a análise das demonstrações contábeis tem para evidenciar a situação econômica e financeira das organizações?** Tendo como objetivo principal dessa pesquisa: demonstrar as contribuições da análise das demonstrações contábeis para as organizações; descrever a estrutura das demonstrações contábeis e dos indicadores; e compreendendo a importância da

análise das demonstrações contábeis para as organizações.

DESENVOLVIMENTO

ESTRUTURA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A análise das demonstrações contábeis é uma importante ferramenta no processo de gestão empresarial, pois através da mesma é possível fazer uma análise sobre o cenário econômico e a saúde financeira da organização. Essa ferramenta de gestão é uma das práticas mais adotadas, porém de certa forma não é utilizado todo o seu potencial. Segundo Cavalcante (2017) refere que:

“através da análise das demonstrações contábeis é possível avaliar o desempenho da gestão econômica, financeira e patrimonial das empresas, quanto aos períodos passados, confrontando-o ou não com metas ou diretrizes preestabelecidas” (CAVALCANTE, 2017, p. 3).

Observa-se com a fala do autor que, a análise de demonstrações contábeis visa identificar não apenas o contexto patrimonial, mas também a situação econômica e financeira da organização, disponibilizando dados que evidenciam os desafios, metas e as potencialidades da organização.

Para que essa análise seja realizada de forma adequada, é necessário um base bem estrutura com a aplicação correta de metodologias e técnicas para

tão, esse mecanismo encontra-se copilado pela Lei n. 6.404/76, também conhecida como Lei das S.A, e suas atualizações que dispõe sobre as Sociedades por Ações, no Capítulo XV trata sobre o Exercício Social e Demonstrações Financeiras, Seção II – Demonstrações Financeiras, quais as demonstrações preparadas pelos profissionais da contabilidade devem ser apresentadas:

“Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício: I - balanço patrimonial; II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; III - demonstração do resultado do exercício; e IV – demonstração dos fluxos de caixa; e V – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.” (BRASIL, 1976)

Com base na aplicação da referida Lei, as organizações e entidades equiparadas a elas submetidas a legislação, deverão apresentar as demonstrações contábeis citadas acima, no entanto, existem outros tipos de demonstrações, tais como: as notas explicativas, demonstrações financeiras, informações comparativas com o período anterior, entre outras.

O Balanço Patrimonial (BP) é a demonstração contábil que tem como finalidade apresentar o objeto de estudo da Contabilidade, ou seja, a situação

patrimonial da entidade em um determinado momento, apresentada no final de cada exercício social, o que geralmente ocorre no final do ano civil. Neste relatório é apresentado o resumo dos saldos de todas as contas patrimoniais.

“O balanço patrimonial é a representação padronizada dos saldos de todas as contas patrimoniais, ou seja, as que representam elementos que compõem o patrimônio de uma empresa, num determinado momento”. (CAVALCANTE, 2017, p. 7)

Desta forma, o BP está dividido em duas colunas, sendo que uma compreende as contas do ativo que estão dispostas de ordem decrescente do grau de liquidez, já na segunda coluna fica disposto a origem dos recursos financeiros que financiam as atividades operacionais da organização, no passivo os recursos provenientes de terceiros, enquanto o patrimonial líquido é dos sócios, tanto o ativo e o passivo são divididos em circulantes e não circulantes. Conforme observado por Barbosa (2109):

“Ativo compreende os bens, os direitos e as demais aplicações de recursos controlados pela entidade, capazes de gerar benefícios econômicos futuros, originados de eventos ocorridos. Passivo compreende as origens de recursos representados pelas obrigações para com terceiros, resultantes de eventos ocorridos que exigirão ativos para a sua liquidação. Patrimônio Líquido compreende os recursos

próprios da Entidade, e seu valor é a diferença positiva entre o valor do Ativo e o valor do Passivo.” (BARBOSA, 2019, p. 3)

A Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA), trata-se de um relatório contábil que explica e evidencia as alterações e os motivos da variação entre o saldo inicial e o final da conta Lucros ou Prejuízos Acumulados contida no Patrimônio Líquido. Segundo Assaf Neto (2010) destaca que ele promove a integração entre o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, tendo como objetivo principal demonstrar a destinação do lucro líquido do exercício. Conforme Cavalcante (2017), a Lei das Sociedades Anônimas, traz:

“(...) I - o saldo do início do período, os ajustes de exercícios anteriores e a correção monetária do saldo inicial; II - as reversões de reservas e o lucro líquido do exercício; III - as transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo ao fim do período. (CAVALCANTE, 2017, p. 15)

A DLPA é um dos relatórios mais desafiadores para uma organização, pois nela constam as mudanças ocorridas no patrimônio líquido, mostrando a real situação financeira que a organização se encontra, podendo ser tanto positiva quanto negativa. A DLPA auxilia os gestores a ter uma visão mais clara sobre a organização e a partir disso tomar decisões assertivas.

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) fornece o resultado operacional da empresa em um determinado período, a principal finalidade é mostrar o resultado líquido, ou seja, se empresa teve lucro ou prejuízo no tempo analisado, demonstrando todas as operações realizadas no período, como por exemplo: as receitas provenientes de vendas de mercadorias ou prestações de serviço e as despesas, pois tudo que a empresa investe é para aumentar o lucro. De acordo com a Lei 6.404/76, Artigo 187, a Demonstração do Resultado do Exercício – DRE discriminará:

“ (...) I - a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos; II - a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto; III - as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais; IV - o lucro ou prejuízo operacional, as outras receitas e as outras despesas; V - o resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda e a provisão para o imposto; VI - as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa; VII - o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu

montante por ação do capital social. (BRASIL, 1976)

De acordo com Barbosa (2019, p. 7), o objetivo da DRE “é demonstrar a formação do resultado líquido em um exercício através do confronto das receitas, despesas e resultados apurados, gerando informações significativas para tomada de decisão”. Na DRE devem constar com detalhes todos os valores obtidos e gastos pela organização, ou seja, receitas, custos e despesas, evidenciando os lucros e/ou prejuízos.

Conforme Cavalcante (2017, p. 18) a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) “retrata as alterações ocorridas, durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregando-se essas alterações em três fluxos: das operações, dos financiamentos, e dos investimentos”. A DFC indica quais foram as entradas e as saídas de dinheiro do caixa durante o período de resultado, devendo essa demonstração constar no balanço patrimonial da organização.

Reis (2018, p. 1) refere que, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) “é o demonstrativo contábil que evidencia, de forma sucinta, o valor gerado por uma empresa em determinado período, bem como a sua distribuição entre todos aqueles que participaram de sua produção”. A DVA demonstra o quanto de riqueza foi adicionada no balanço patrimonial de uma organização. De acordo com Barbosa (2019), a DVA pode ser resumida da seguinte maneira:

“1) como índice de avaliação do desempenho na geração da riqueza, ao medir a eficiência da empresa na utilização dos fatores de produção, comparando o valor das saídas com o valor das entradas, e 2) como índice de avaliação do desempenho social à medida que demonstra, na distribuição da riqueza gerada, a participação dos empregados, do Governo, dos Agentes Financiadores e dos Acionistas.” (BARBOSA, 2019, p. 9)

É possível constatar que a DVA é uma importante fonte de informação para a organização, pois apresenta diversos dados que possibilitam a análise do desempenho econômico da organização. Ressalta-se que, toda essa estrutura apresentada, assim como citado no início do capítulo, faz parte da Legislação que rege a área da Contabilidade no país, sendo além de fontes de informações que contribuem para a tomada de decisão, também uma obrigação que a organização tem de a cumprir.

INDICADORES UTILIZADOS PARA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES

Para a realização da Análise das Demonstrações Contábeis são utilizados alguns indicadores, que servem para analisar detalhadamente a situação financeira da empresa, através desses indicadores é possível fazer uma análise e avaliação para identificar os desafios e

possibilidades da organização. Neto (2020) ressalta que:

“Um dos mais importantes instrumentos de análise é a construção de indicadores de desempenho e diagnóstico empresarial, de forma que se obtenha não somente os resultados finais do desempenho da empresa, mas, principalmente, as causas que determinaram as eventuais variações ocorridas.” (NETO, 2020, p. 1)

Observa-se que, os indicadores demonstram não apenas os índices, mas também as causas para que determinaram os mesmos, sejam elas positivas ou negativas, contribuindo assim para o diagnóstico do que precisa ser melhorado e favorecendo na tomada de decisão. De acordo com Marion (2002):

Os índices básicos de Liquidez (Corrente, Seca e Geral), Rentabilidade (da Empresa e do Empresário) e de Endividamento (Quantidade e Qualidade) são suficientes para ter uma visão superficial da empresa a ser analisada. Entendemos que o nível introdutório é ideal para os cursos de Contabilidade Introdutória, propiciando ao estudando uma ideia inicial das utilidades das Demonstrações Contábeis e que todo ensino de Contabilidade (Geral, Básica, Introdutória etc.) deveria abordar esses indicadores iniciais do tripé, evidenciando a Contabilidade como instrumento de tomada de decisão. (MARION, 2002, p. 15 a 17)

Observa-se que, a partir dos indicadores de análise de demonstrações contábeis, as organizações possuem um diagnóstico sobre a situação de sua saúde financeira, podendo assim agir para melhorar os seus índices. Coelho e Barros (2015, p. 19) ressaltam que: “os indicadores servem para demonstrar rotações sofridas pelo capital e por importâncias empregadas na produção, indicando quantas vezes foram aplicadas e recuperadas”.

Existem diversos tipos de indicadores que são utilizados na análise das demonstrações financeiras, dentre os quais se destacam: índice de liquidez; índice de endividamento e índices de rentabilidade. De acordo com Neto (2020, p. 1) o índice de liquidez “mede a capacidade de a empresa saldar seus compromissos no curto prazo”. O autor ressalta ainda que, os índices de liquidez de subdividem em:

“a) Índice de Liquidez Imediata – representa o quanto a empresa dispõe imediatamente para saldar suas dívidas de curto prazo, compara somente as disponibilidades com o total do passivo circulante; b) Índice de Liquidez Seca – avalia a real situação de liquidez da empresa, compara o ativo circulante com o passivo circulante, no entanto subtrai o Estoque; c) Índice de liquidez Corrente – avalia o quantitativo de recursos que a empresa dispõe prontamente para ser convertido em dinheiro no curto prazo, levando em conta as dívidas de curto prazo.” (NETO, 2020, p. 1)

Percebe-se que existem diferentes formas de calcular o índice de liquidez, no entanto, todas elas se referem a possibilidade de a organização cumprir os seus deveres num período de curto prazo.

Nota-se que assim é necessário conhecer as fórmulas e realizar os cálculos devidamente para obter os resultados de cada um dos tipos de índice de liquidez que uma organização possui. Para Marion (2006, p. 83) os índices de liquidez “são utilizados para avaliar a capacidade de pagamento da empresa”, da mesma forma, Padoveze e Benedito (2004, p. 131) dizem que “a ideia central de criar indicadores de liquidez está na necessidade de avaliar a capacidade de pagamento da empresa.”

Dessa forma, percebe-se a importância do índice de liquidez no sentido de medir a confiabilidade transmitida através das informações aos usuários. Cavalcante (2017, p. 27) complementa dizendo que o índice de liquidez é “utilizado para avaliar a capacidade de pagamento da empresa, isto é, constituem uma apreciação sobre se a empresa tem capacidade para saldar seus compromissos”.

Em relação a capacidade de pagamento, este pode ser calculado a curto, médio e longo prazo. Quanto maior for índice, melhor para a empresa, pois confirmará a sua capacidade de honrar seus compromissos. Já o índice de endividamento mede “o nível de endividamento da empresa [...] informa se a empresa utiliza mais de recursos de terceiros ou de recursos dos proprietários”. (CAVALCANTE, 2017, p. 27)

A situação em que a organização se encontra através do índice de endividamento é o que indica dos recursos de terceiros que está utilizando na tentativa de gerar lucros. Assim como os demais índices, o índice de endividamento também se subdivide, sendo: endividamento total e garantia de capital de terceiros.

Existe grande preocupação com o grau de endividamento e com a capacidade de pagamento da empresa, pois, quanto mais endividada ela estiver maior será a possibilidade de que não consiga satisfazer as obrigações com terceiros. O índice de rentabilidade mede “o lucro e o retorno da empresa em relação a diversos itens do Balanço e da Demonstração de resultado de exercício”. (NETO, 2020, p. 1)

O índice de rentabilidade representa a relação entre os rendimentos e o capital investido na organização, podendo ser avaliada em relação a vendas, ativos, patrimônio líquido e valor da ação. Os índices de rentabilidade identificam a remuneração do capital empregado na entidade. Matarazzo (2003, p. 175) afirma que os índices “mostram qual a rentabilidade dos capitais investidos”.

Observa-se que, os índices de rentabilidade indicam a margem de lucro que uma organização possui, destacando o retorno do capital investido. Os índices se subdividem em:

- “a) Giro do ativo: mede a eficiência com o qual a empresa usa seus Ativos para gerar vendas; b) Margem Líquida: indica a margem de lucro da empresa frente a sua receita líquida; c) Índice

de Rentabilidade do Ativo: trata-se de um indicador que demonstra quanto à empresa foi rentável em relação ao total de seus recursos, confrontando o Lucro Líquido com o Ativo total; d) Índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido: permite que seja mensurado quanto retornou no período determinado, o valor que os sócios mantiveram investido na empresa.” (NETO,2020, p. 1)

Nota-se que, o índice de rentabilidade mostra os lucros, ou seja, os dados positivos que se referem as finanças da organização em determinado período de todas as formas, ou seja, a rentabilidade obtida de diferentes fontes e formas. Cavalcante (2017, p. 28/29) destaca a subdivisão do índice de rentabilidade, sendo: margem líquida sobre as vendas; rentabilidade sobre o capital próprio e rentabilidade sobre o ativo total.

Através da utilização dos indicadores a organização pode compreender melhor o fluxo os recursos utilizados, apontando as origens, identificando os desafios a serem superados e contribuindo na tomada de decisão dos gestores.

A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA AS ORGANIZAÇÕES

A Análise das Demonstrações Contábeis é muito importante para as empresas, pois a partir da análise e avaliação dos indicadores utilizados para a

análise, a empresa poderá averiguar a sua situação financeira, buscando melhorias para sanar os desafios existentes, contribuindo assim para a sua permanência no mercado competitivo atual. Oliveira, Silva e Zuccari (2010) referem que:

A análise das demonstrações contábeis tem por objetivo observar e confrontar os elementos patrimoniais e os resultados das operações, visando ao conhecimento minucioso de sua composição qualitativa e de sua expressão quantitativa, de modo a revelar os fatores antecedentes e determinantes da situação atual, e, também, a servir de ponto de partida para delinear o comportamento futuro da empresa. (OLIVEIRA, SILVA E ZUCCARI, 2010, P. 11)

A partir dessa citação pode-se constatar a importância que a análise de demonstração contábil tem para as organizações, pois a partir da mesma é possível identificar com detalhes a situação financeira da organização, identificando os pontos fortes em destaque e os aspectos que precisam ser revistos para melhorar a lucratividade da mesma.

Conforme Iudícibus (2008) destaca em seus estudos: a necessidade da análise das demonstrações contábeis é bem antiga, provavelmente desde os primórdios da contabilidade já existia uma preocupação em anotar as suas variações, sejam de ordem quantitativa quanto qualitativa.

O autor ressalta a importância de se analisar balanços com mais ênfase, pois o balanço patrimonial de uma organização é avaliado tanto pelos bancos que fornecem empréstimos quanto pelos investidores, os quais avaliam os resultados financeiros das organizações, antes de investirem nas mesmas.

Azevedo et al. (2013) evidencia que a análise dos demonstrativos contábeis nos leva ao conhecimento detalhado da saúde econômica, patrimonial e financeira da empresa, tornando possível a comparação com outras organizações do mesmo ramo, sendo de grande importância para o fomento da tomada de decisão gerencial e tem importância crucial para credores e investidores.

Marion (2006) ressalta afirmando que a análise das demonstrações elaboradas pela contabilidade das empresas, considerando a própria evolução histórica, envolvida na elaboração dos demonstrativos em questão, sempre foram e continuam sendo o eixo fundamental das análises financeiras, de modo que se possa apurar com detalhes aspectos de eficiência administrativa e de preocupação com os concorrentes.

Fica assim evidenciado novamente a importância dessa análise, pois a partir dos dados obtidos pela análise de demonstração contábil, a organização transforma os dados em informações pertinentes para a tomada de decisão e planejamento de suas ações.

Para Silva (2008), a análise financeira, consiste num exame detalhado dos dados financeiros que a empresa apresenta, como também das condições

exógenas e endógenas que afetam a empresa. As exógenas são os fatores de ordem política e econômica, a concorrência, entre outros. Podem-se citar como endógenas, a estrutura organizacional, a capacidade da gerência e o nível tecnológico da organização.

Contata-se que, essa análise é essencial para manter a organização das finanças e orientar os sócios na tomada de decisões. Além disso, apenas por meio delas é que um empreendimento comprova a sua saúde financeira, sua liquidez e sua capacidade em cumprir com seus compromissos.

Para Tófoli (2012), a análise de balanços é realizada com os dados do balanço patrimonial juntamente com a demonstração de resultados do exercício, sendo que através dos resultados gerados, é possível conhecer a empresa de forma mais detalhada.

Ao serem analisadas, as demonstrações passam de simples dados e se transformam em informações, sendo assim muito importante porque alguns aspectos podem não se mostrar claros inicialmente, precisando de um processo de análise mais aprofundado para esclarecer os pontos ainda não esclarecidos.

Franco (1992, p. 93) afirma que, análise de balanço, é uma forma de analisar de forma detalhada o patrimônio de determinada empresa e suas variações. O próprio autor confirma que “analisar uma demonstração é decompô-la nas partes que a formam para melhor interpretação de seus componentes”.

Evidencia-se novamente a grande importância e relevância que a análise das demonstrações contábeis tem para as organizações, sendo um elemento que, além de cumprir com a legislação, também auxilia para a permanência da organização do mercado competitivo e instável.

“A interpretação dos elementos obtidos nas análises, a partir das Demonstrações Contábeis, faz com os valores ali contidos deixem de ser apenas um conjunto de dados e passem a ter valor como informação”.
(OLIVEIRA; SILVA; ZUCCARI, 2010, p. 11)

Constata-se que, muitas são as contribuições da análise de demonstração contábil para o sucesso e permanência de uma empresa no mercado, pois através dessa análise, os dados se transformam em informações que auxiliarão os gestores a tomarem as melhores decisões para alcançar os objetivos e metas de sua organização.

CONSIDERAÇÕES

Com a realização do trabalho foi possível compreender a importância que a análise das demonstrações contábeis tem para as organizações, pois permitem a análise dos dados financeiros da organização e assim identificando como que se encontra a saúde financeira da mesma.

A partir do problema levantado que visava compreender quais são as principais contribuições

que a análise das demonstrações contábeis têm para evidenciar a situação econômica e financeira das organizações, foi possível evidenciar que, a Análise das Demonstrações Financeiras, juntamente com os indicadores contábeis são utilizadas para fornecer aos gestores da organização e ao público externo dados necessários para um exame da saúde financeira da organização.

Os objetivos propostos para a realização do estudo foram alcançados, pois foi possível identificar a estrutura composta pela Análise das Demonstrações Contábeis, conhecendo os principais indicadores utilizados para a realização da análise das demonstrações, assim como também compreendendo a importância que a mesma tem para a organização.

Constata-se que, a análise das demonstrações contábeis é algo presente na legislação do país, sendo assim uma obrigação que todas as organizações possuem, mas além disso, essa análise contribui de forma significativa para o sucesso da organização, pois permite que a mesma identifique o que precisa ser melhorado para assim planejar as próximas ações e tomar decisões coerentes com o alcance de seus objetivos e metas.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. C. **Estrutura e Análise das Demonstrações Financeiras**. Campinas: Alínea, 2013.

BARBOSA, C. C. E. **Estrutura das Demonstrações Contábeis.** Disponível em: http://estacio.webaula.com.br/BiBlioTECA/Acervo/Complementar/Complementar_29663.pdf. Acesso em: 03 nov. 2020.

BRASIL. Lei Nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Dispõe sobre as Sociedades por Ações.** Brasília: Senado Federal, 1976.

CAVALCANTE, F. **Demonstrações Contábeis: Elaboração e Análise,** Curitiba: UFPR, 2017.

COELHO, A. K. S.; BARROS, T. G. **Análise das Demonstrações Contábeis:** Análise da Estrutura Financeira da Buettner S/A Industrial e Comércio. Belém: UFPA, 2015.

FRANCO, H. **Estrutura, análise e interpretação de balanços.** 15. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

IUDÍCIBUS, S. **Análise de balanços.** 9 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARION, J. C. **Análise das demonstrações contábeis.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARION, J. C. **Análise das Demonstrações Contábeis:** contabilidade empresarial. São Paulo: Atlas, 2006.

MATARAZZO, D. C. **Análise Financeira de Balanço**. São Paulo: Atlas, 2003.

NETO, R. S. **Indicadores de Desempenho e Diagnóstico Empresarial**, 2020. Disponível em: <https://www.ciatecnica.com.br/2020/01/07/indicadores-de-desempenho-e-diagnostico-empresarial/>. Acesso em: 27 out. 2020.

OLIVEIRA, A. A.; SILVA, A. R.; ZUCCARI, S. M. P. A Análise das Demonstrações Contábeis e sua Importância para Evidenciar a Situação Econômica e Financeira das Organizações. **Revista Eletrônica Gestão e Negócios**, v. 1, n. 1, 2010.

PADOVESE, C. L.; BENEDITO, G. C. **Análise das Demonstrações Financeiras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

REIS, T. **DVA: entenda o que é Demonstração do Valor Adicionado e qual a sua importância**, 2018. Disponível em: <https://www.sunoo.com.br/artigos/demonstracao-valor-adicionado-dva/>. Acesso em: 26 out. 2020.

SILVA, J. P. **Análise financeira das empresas**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

TÓFOLI, I. **Administração financeira empresarial**. Lins: Raízes gráfica e editora, 2012.

CONTABILIDADE NO TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO SOBRE ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS

Luciana dos Santos Mendes de Araújo
Ayron Vinícius Pinheiro de Assunção
Ryan Caldas Quevedo
Doris Day Nantes Miranda Gomes

INTRODUÇÃO

Terceiro setor, é composto por instituições do setor privado, que não objetiva auferir lucros e que prestam serviços voltados a minimizar as desigualdades sociais, assistências às comunidades carentes, ações que desenvolvem emprego, gerando renda aos menos favorecidos e a melhoria da qualidade de vida, as chamadas instituições sem fins lucrativos.

A pesquisa busca evidenciar o papel do terceiro setor junto à sociedade, através das entidades sem fins lucrativos, que captam recursos visando benefícios sociais coletivos, e ainda demonstrou às responsabilidades e demonstrações contábeis exigidas por Lei, de forma a dar transparência, credibilidade e confiabilidade a todos os envolvidos.

Sabendo-se que as instituições sem fins lucrativos não têm lucros, mas têm superávit e podem se favorecer com deduções fiscais, a pesquisa teve foco em responder a seguinte pergunta: **Por que as**

entidades sem fins lucrativos, têm dificuldades em elaborar seus relatórios contábeis?

O objetivo geral desta pesquisa foi evidenciar obstáculos, que dificultam a elaboração da contabilidade das entidades sem fins lucrativos, para tal, a pesquisa contou com os seguintes objetivos específicos: conceituar o terceiro setor; identificar as principais características da contabilidade aplicável ao terceiro setor; e contextualizar as dificuldades que as entidades do terceiro setor encontram no momento de elaborar suas demonstrações contábeis.

A pesquisa foi uma revisão de literatura, com consultas a livros, dissertações, artigos científicos, selecionados através de buscas nas seguintes bases de dados: web site *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), artigos, revistas, livros, jornais, legislação vigente, trabalhos acadêmicos, Conselho Federal de contabilidade, interpretações técnicas, fontes ainda mais específicas, pesquisadores e estudiosos da área, Rubem César Fernandes (1997) ou José Eduardo Sabo Paes (2002) por exemplo.

DESENVOLVIMENTO

CONCEITOS DO TERCEIRO SETOR

Sabe-se que a sociedade civil brasileira é dividida em três setores, sendo elas: primeiro setor o estado, segundo setor o mercado e por último o terceiro setor. Resumidamente e para um melhor entendimento, o primeiro setor é formado pelo Governo, o segundo setor é formado pelas empresas

privadas, e o terceiro setor são as associações sem fins lucrativos. O último, objeto deste trabalho, faz - se necessário mencionar diferentes conceitos, de estudiosos e pesquisadores da área.

Zanluca (2015) Relaciona “terceiro setor” às organizações não governamentais (ONGs), que não têm finalidades de lucros, mas congregam objetivos sociais, filantrópicos, culturais, recreativos, religiosos, artísticos. Paes (2006) Define o Terceiro Setor, como uma composição de organizações de natureza privada (sem objetivos de lucros), dedicadas às consecuições de objetivos sociais ou públicos, embora não sejam integrantes do governo (Administração Estatal).

Fernandes (1997) o "Terceiro Setor" é representado por organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela iniciativa e colaboração voluntária da sociedade civil, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato.

Embasado nestes contextos, subtende-se que a função do terceiro setor em si, é o bem social e a ajuda aos menos favorecidos em suas necessidades básicas. O fato é que as ações desenvolvidas pelo terceiro setor, suprem incontestavelmente, porém, não em sua totalidade, às necessidades de vulnerabilidade social a qual acomete uma boa parte da nossa população, diante disso e da citação abaixo, entende-se o quão faz falta a intervenção do governo.

O Estado que deveria criar condições favoráveis à população e suprir suas necessidades básicas de subsistência como saúde, educação, segurança, cria

mecanismos para eximir-se de suas obrigações, respaldado por um ideário neoliberal que se utiliza da sociedade civil organizada para legitimar sua ausência (MARTINS, 2016, p.24).

O terceiro setor está regulado pelas leis nº 9.637/98, nº 9.790/99, nº 12.101/09 e nº 91/1935 e Decreto Legislativo nº 3.100/99 e o novo marco dado pela lei nº 13.019/2014. Dentro das diferentes organizações que fazem parte do terceiro setor, independente de qual seja, é indispensável o apoio de contribuintes associados ou simplesmente doadores, pois é com esta participação que garantimos o sucesso e progresso do projeto.

Conclui-se que, são exemplos de organizações do Terceiro Setor as organizações não governamentais (ONGs), as cooperativas, as associações, fundações, institutos, instituições filantrópicas, entidades de assistência social e, hoje em dia, também as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPIs).

De acordo com Sousa (1992, p.25) “As ONG’s são comitês da cidadania e surgiram para ajudar a construir a sociedade democrática com que todos sonham”. Fazendo valer seus direitos democráticos de forma igualitariamente representativa, em um contexto político e social.

Segundo Salamon (2008, p.82) As ONGs servem como uma ponte através da qual o governo e as empresas privadas podem se unir à sociedade civil para enfrentar certos problemas. As ONGs intermediam a execução dos direitos e deveres

devidos constitucionalmente à sociedade, pelos órgãos públicos.

Maurício Tragtenberg (1987) cooperativa trata-se de uma organização composta por membros de grupo econômico ou social, com o mesmo propósito, relacionado a uma determinada atividade. Tragtenberg (1987), ressalta que:

“Nascidas com a finalidade de lutar e substituir uma sociedade classista por uma sociedade não hierárquica, igualitária, tais organizações e partidos adotaram crescentemente os métodos, a filosofia e os modelos organizatórios da sociedade a que pretendiam substituir. Constitui-se na pré-configuração de formas alternativas de exploração e opressão.” (TRAGTENBERG, 1987, p. 25).

Segundo Zylbersztajn (1994 p.2) “. Se a cooperativa é integrada verticalmente, e compete no mercado com empresas não-cooperativas, o problema de eficiência da gestão passa a ser mais importante”. Os próprios associados organizam e participam de todo o processo operacional e administrativo, representando os interesses dos cooperados.

Olak e Nascimento apud Silva (2010) afirma que a associação é uma organização sem fins lucrativos caracterizada pela união de pessoas físicas (CPF) ou jurídicas (CNPJ) com o objetivo de conquistar benefícios coletivos para o segmento ao qual representam.

Para Olak e Nascimento apud Silva (2010, p. 15) “As associações manifestam a organização de instituições que não tenham finalidade econômica ou lucrativa, enquanto o termo sociedade é reservado precipuamente para determinar a organização que tem fins lucrativos”. Neste caso fica evidenciado que a sociedade tem a finalidade econômica, ou seja, visa o lucro, sendo que a associação, objetiva interesses comuns sem fins lucrativos.

Normalmente os termos ONGs e OSCIP são confundidos, na pesquisa constatou-se a correlação entre ambas, a OSCIP que é uma organização de interesse público ao mesmo tempo que, é uma qualificação de uma ONG, que é uma entidade do terceiro setor. (FERREIRA NETO, 2011).

Ferreira Neto (2011, p.1) tem como ponto de vista que OSCIP é a palavra de ordem hoje, quando se fala em organizações do terceiro setor. Praticamente todas as novas instituições do setor, estão sendo orientadas para se constituírem dentro das novas exigências da Lei 9790/99 e já sendo a documentação encaminhada para receber a referida qualificação.

Neste, foi abordado somente algumas das entidades aqui mencionadas, não tirando a importância das demais, mas sim, priorizando a abordagem conclusiva da problemática exposta na pesquisa, apresentados nos capítulos a seguir.

CARACTERÍSTICAS CONTÁBEIS APLICÁVEIS AO TERCEIRO SETOR

De acordo com Salomon (1997, p. 174) expõe que: "(...) as entidades sem fins lucrativos, têm sido submetidas à sérias contestações sobre seus resultados, não somente pelo número recente de escândalos, mas também pelo crescimento das dúvidas sobre sua eficiência e eficácia."

A contabilidade é extremamente relevante, no que tange ao terceiro setor, por se tratar de ações que beneficiam a sociedade e principalmente por não visar o lucro. A contabilidade serve de espelho para a credibilidade nas instituições que desenvolvem trabalhos sem fins lucrativos, eliminando possíveis desconfiças em participações fraudulentas.

É indispensável a transparência na mensuração para validar juridicamente os dados financeiros da entidade, demonstrando as origens dos recursos captados, a aplicação deles, e consequentemente ampliando a arrecadação de mais recursos.

No entendimento de Almeida e Ferreira (2007, p. 9), "a entidade do Terceiro Setor tem a obrigação de prestar contas do seu desempenho, ações desenvolvidas e serviços oferecidos com transparência e responsabilidade a todos os envolvidos, sejam eles membros, voluntários, clientes ou fontes financiadoras". A Norma Brasileira de Contabilidade que regulamenta atualmente o Terceiro Setor é definida pela ITG 2002 (R1), aprovada em 02

de setembro de 2015 e alterou a Resolução 1.409/2012 ITG 2002.

Esta interpretação, objetiva estabelecer critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturações das demonstrações contábeis e as afirmações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidades sem finalidade de lucros.

Aplicam-se à entidade sem finalidade de lucros além desta interpretação ITG 2002(R1), os Princípios de Contabilidade (CFC), NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas ou as normas completas (IFRS completas) naqueles aspectos não abordados por esta Interpretação. Esta Interpretação aplica-se também à entidade sindical, seja confederação, central, federação e sindicato; a qualquer associação de classe; às outras denominações que possam ter, abrangendo tanto a patronal como a de trabalhadores.

Ainda de acordo com a ITG 2002 (R1) as demonstrações contábeis, que devem ser elaboradas pela entidade sem finalidade de lucros, são o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas, conforme previsto na NBC TG 26 ou na Seção 3 da NBC TG 1000, quando aplicável. No quadro 1, são apresentadas as demonstrações contábeis exigidas por lei que devem ser apresentadas pelas entidades sem fins lucrativos, segundo as NBCT's.

Ciências Contábeis e a Contemporaneidade

Quadro 1 – Demonstrações contábeis das entidades do terceiro setor

DEMONSTRAÇÃO	DESCRIÇÃO
Balço Patrimonial	Evidência quantitativa e qualitativa, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da entidade.
Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício	Evidencia a composição do resultado formado num determinado período de operações da entidade.
Demonstração das Mutações do Patrimônio Social	Evidencia as mutações, em natureza e valor, no patrimônio social da entidade, num determinado período.
Demonstração de Origem e Aplicação dos Recursos	Evidência, num determinado período, as modificações que originaram as variações no capital circulante líquido da entidade.
Demonstração do Fluxo do Disponível	Apresenta a movimentação ocorrida nas contas do disponível da entidade (Demonstração do Fluxo de Caixa Realizado ou Balço Financeiro).
Notas Explicativas	Contêm informações relevantes e complementares àquelas não suficientemente evidenciadas nas Demonstração Contábeis.

Fonte: Adaptado de MACHADO (2008)

Essas Demonstrações Contábeis têm a finalidade de atribuir confiança, tempestividade, clareza e comparabilidade, ao transmitir aos usuários, os objetivos, estruturas e as atividades-fim de cada

entidade, facilitando a interpretação destes, ao final do exercício contábil (CFC, 2004).

A ITG 2002 (R1) altera e inclui especificamente: Em seu reconhecimento, as receitas e as despesas devem ser reconhecidas, respeitando-se o princípio da Competência; Somente as subvenções concedidas em caráter particular se enquadram na NBC TG 07; As imunidades tributárias não se enquadram no conceito de subvenções previsto na NBC TG 07, portanto, não devem ser reconhecidas como receita no resultado e o trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, e em sua divulgação, deve conter, relação dos tributos objeto de renúncia fiscal.

Yoshitake et al. (2014) os recursos financeiros utilizados pelas entidades que compõem o Terceiro Setor são, normalmente, derivados de interações com o Estado, organismos oficiais, organismos privados internacionais, fundações nacionais e internacionais, empresas nacionais e internacionais dos diversos segmentos da economia, bem como donativos que podem envolver recursos monetários ou outros tipos de recursos conseguidos por essas instituições.

Por tanto são modalidades ativos que podem ser definidas em forma de Contribuições, doações, subsídios, balanço Patrimonial, demonstração de superávit ou déficit do exercício, demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Social (DMPLS), demonstração Fluxo de Caixa (DFC) (Em substituição

a DOAR), notas Explicativas, quadros demonstrativos suplementares, prestação de contas.

Na elaboração desses demonstrativos, cabe ressaltar que o termo Patrimônio Líquido utilizado pelas entidades que visam o lucro, passe a ser denominado como Patrimônio Social. A substituição também ocorre com os termos lucro e prejuízo, que serão divulgados pelos termos superávit e déficit, respectivamente (OLAK; NASCIMENTO, 2010, AZEVEDO; SENNE, 2015).

Percebe-se que as entidades sem fins lucrativos, não estão isentas do cumprimento de obrigações fiscais e contábeis, no entanto, atualmente existem legislações específicas, o que facilita o cumprimento da Lei. Durante longo período, a falta de previsão no ordenamento jurídico do país, sobre uma legislação contábil específica aplicável às instituições do terceiro setor fez com que seus dirigentes usassem legislação aplicável a outras organizações, em especial às empresas. (PAES, 2003, P.319).

Esta falta de Lei própria, foi fator crucial para dificultar as elaborações e demonstrações contábeis das entidades antes da legislação vigente, porém, o regulamento implantado não foi o suficiente para sanar as faltas e/ou informações errôneas, conforme é relatado abaixo.

FATORES QUE DIFICULTAM A ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, PELAS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR

As instituições têm muitas dificuldades para cumprir a legislação, no que diz respeito às elaborações e demonstrações contábeis, pois independente do porte da entidade e serviços prestados, têm a obrigação contábil, que exige uma gestão organizada e profissional qualificado para estruturar tais documentos.

Dados discutidos por Bueno (2012) mostram que as principais dificuldades dos pequenos e microempresários são a carência de recursos e a falta de um serviço especializado de contabilidade que possa oferecer relatórios que atendam não somente a questões fiscais, mas que também permitam ao empreendedor verificar as oportunidades do mercado para uma gestão mais eficaz de seus recursos.

Um dos maiores problemas do terceiro setor, é a deficiência no gerenciamento segundo Falconer (1999), o que se deve à falta de recursos e apoio do poder público, que somados a uma má administração gerencial e falta de recursos financeiros, resulta negativamente no desempenho e conseqüentemente no déficit patrimonial da entidade.

Então Melo Neto e Froes (2001, p.79) concluem que: “os problemas de gestão são muitos é porque as dificuldades são grandes. Mas não há nada que uma gestão eficiente e eficaz não possa resolver. O que demonstra que as entidades precisam investir na

administração gerencial, organizada e com líderes que façam a diferença em meio a tantas demandas.

No ponto de vista de Pereira (2018): “Um dos principais desafios do terceiro setor é o seu financiamento. Para receber recursos públicos, é necessário comprovar a idoneidade financeira e fiscal da entidade, além de fazer a prestação de contas”. Enfatiza a necessidade de as demonstrações contábeis serem verídicas e em caso de recursos advindos de setores privados, geralmente exige-se uma auditoria independente para assegurar a sua fidedignidade.

Campos (2003, p. 27) afirma que: “O aumento do volume dos recursos arrecadados pelas entidades do terceiro setor sem fins lucrativos é acompanhado por uma maior necessidade de transparência quanto a sua aplicação”. Nota-se neste contexto, que a clareza quanto a prestação de contas diante do aumento de recursos recebidos, é indispensável para garantir a transparência das demonstrações contábeis e principalmente a destinação de tais recursos.

Segundo Fregonesi (2005), independente do ramo da entidade ela precisa de lucros para continuar ativa, com as sem fins lucrativos a lógica matemática é a mesma, caso as arrecadações dos recursos sejam menores que os gastos constituídos pela entidade, comprometerá o ativo patrimonial e possivelmente esta deixará de prestar os serviços sociais à comunidade.

De acordo com Silva (2007, p. 6), “é fundamental em uma Organização do Terceiro Setor

demonstrar estar orientada para o resultado, mesmo não tendo seu foco no lucro. Dessa forma, a Organização deve ter sempre a percepção de que seus esforços a conduzem a um bom resultado”. São muitos os interessados nas informações contábeis, e no geral os entendimentos se diferem de usuário para usuário, isso dificulta o desempenho da contabilidade em atender o padrão exigível de evidenciação dos demonstrativos contábeis (DANTAS et al, 2005).

Notoriamente a visão do cliente, fornecedor, investidor, sócios, governo, dentre outros interessados, não é a mesma diante das demonstrações contábeis apresentadas. Adelmo Pereira, explica:

“Algumas práticas podem trazer benefícios às organizações do terceiro setor. Algumas delas são a contabilidade por centro de custos (por projeto), o controle contábil do movimento financeiro por projeto, a prestação regular de contas e a demonstração do valor gerado pela entidade, daí a necessidade de uma escrituração contábil e fiscal regular, de qualidade e com informações que atendam a todos os usuários, em especial aqueles que as financiam.” (PEREIRA ADELMO,2018)

A contabilidade financeira fornece informações relevantes à administração gerencial, o que se destaca a necessidade da inclusão eficaz de novas tecnologias, a globalização dos mercados, a relação custo/benefício de um determinado investimento, a

relação entre saídas e entradas de capital na empresa, além de relatórios contábeis, que auxiliam na compreensão dos gestores, para uma melhor tomada de decisão (PASSOS, 2014).

Segundo Pereira (2018) “É muito importante ressaltar que a contabilidade tem um papel decisivo no terceiro setor, pois é ela quem irá demonstrar de forma clara os fatos e atividades operacionais das entidades”. Daí a relevância em qualificar os profissionais contábeis das entidades, pois através dos demonstrativos financeiros emitidos, influenciará positiva ou negativamente nas tomadas de decisões.

CONSIDERAÇÕES

O estudo demonstra a sociedade Brasileira dividida em setores, que devido às necessidades entrelaçam-se, uma vez que o governo já não assiste em sua totalidade à sociedade com suas obrigações constitucionais, o setor privado começou a ajudar nas questões sociais, através das inúmeras instituições que compõem o chamado terceiro setor. Ou seja, o terceiro setor é constituído por organizações sem fins lucrativos e não governamentais, que tem como objetivo gerar serviços de caráter público.

Foi constatado na pesquisa que a contabilidade aplicada ao Terceiro Setor tem suas peculiaridades, porém não se difere muito da contabilidade aplicada a outros setores: Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas

Explicativas, no entanto na elaboração desses demonstrativos, cabe ressaltar que o termo Patrimônio Líquido utilizado pelas entidades que visam o lucro, passe a ser denominado como Patrimônio Social. A substituição também ocorre com os termos lucro e prejuízo, que serão divulgados pelos termos superávit e déficit, respectivamente.

Conclui-se que as dificuldades mais relevantes, que influenciam as entidades sem fins lucrativos ao gerar seus demonstrativos contábeis, estão vinculadas à deficiência do gerenciamento, a falta de recursos públicos, cumulado com a ineficiência de profissionais contábeis, sendo assim este trabalho alcança com êxito os objetivos propostos que é o de evidenciar obstáculos, encontrados na elaboração da contabilidade das entidades sem fins lucrativos, conceituar o terceiro setor; identificar as principais características da contabilidade aplicável ao terceiro setor; e contextualizar as dificuldades que as entidades do terceiro setor encontram no momento de elaborar suas demonstrações contábeis.

Como sugestão para pesquisas futuras, recomenda-se um estudo mais detalhado, se possível ampliar os materiais pesquisados e/ou alterar método de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C.; FERREIRA, E. S. **Terceiro Setor:** Prestação de contas e suas implicações. Disponível em: <www.horizontecientifico.propp.ufu.br/include/getdoc>

phpid=325&article=118&mode=pdf. Acesso em: 15 mar. 2017.

BUENO, J. F. **Contabilidade para executivos: a importância da análise contábil na toma de decisão financeira das empresas.** In: ALMEIDA, Gustavo Tomaz de et al. Estudos Científicos FANS 2012: um incentivo à pesquisa discente e docente. Nova Serrana: Fundação Educacional Fausto Pinto da Fonseca, 2012. p. 8-692. Disponível em: <http://www.fans.edu.br/painel_dad>. Acesso em: 15 mar. 2017.

CAMPOS, G. M. **A realidade contábil-gerencial de uma organização do terceiro setor: o caso da fundação Otacilio Coser.** 2003. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Acesso em: 15 mar. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **ITG 2002 (R1) - entidades sem finalidade de lucros.** Brasília: Diário Oficial da União, 2 de setembro de 2015. 13p. Disponível em: Acesso em: 03/2017

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais.** Resolução n. 1305. Brasília: Diário Oficial da União, 25 de novembro de 2010. Disponível em: Acesso em: 03/2017

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG 26 (R4) – Apresentação das Demonstrações**

Contábeis. Resolução n. 2016/NBCTG26R4. Brasília: Diário Oficial da União, 19 de agosto de 2016. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG26R4.pdf> Acesso em: 03/2017

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução n. °1.282:** Princípios de Contabilidade. Brasília: Diário Oficial da União, 28 de maio de 2010. 3 p. Disponível em: Acesso em: 03/2017

DANTAS, J. A.; ZENDERSKY, H. C.; SANTOS, S. C.; NIYAMA, J. K. A dualidade entre os benefícios do disclosure e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. **Revista Economia e Gestão**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 56-76, 2005.

FALCONER, A. P. **A promessa do terceiro setor.** Centro de Estudos em, 1999.

FERNANDES, R. C. **O que é o Terceiro Setor:** Desenvolvimento Social Sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FERREIRA NETO, R. L. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Conceituação e qualificação como pilar para gestão pública. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, v. 16, n. 2895.

FREGONESI, M. S. F. A. **Gestão Baseada em Valor Aplicado ao Terceiro Setor:** um estudo prático. São Paulo: FEA USP, 2005.

MELO NETO, F. P.; FROES, C. **Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: Quality Mark, 2001.

MOTTA, C. P. M.; PEREIRA, L. C. B.; TRAGTEMBERG, M.; VENOSA, R.; STORCH, S. **Participação e Participações** (Ensaio sobre a autogestão). Editora Babel Cultural. São Paulo, 1987.

NASCIMENTO, D. T.; OLAK, P. A. **As entidades sem fins lucrativos** (terceiro setor) 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010

PAES, J. E. S. **Fundações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários.** 4ª.ed. rev., atual. eamp. De acordo com a Lei n. 10.406, de 10.1.2002 (Novo Código Civil Brasileiro). Brasília: Brasília Jurídica, 2003.

PASSOS, Q. C. **A importância da contabilidade no processo de tomada de decisão nas empresas.** 2014. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25741/000751647.pdf>. Acesso: em 15 abr. 2018

PEREIRA, A. **Terceiro setor precisa de contabilidade eficaz: JC Contabilidade;** Disponível em: www.jornaldocomercio.com/_conteudo/cadernos/jc_contabilidade. Acesso em 17/10/2018.

SALAMON, L. **De solitários a solidários**. In: DREYER, L.; JOHANNPETER, M. E. P. (org). O quinto poder: consciência de uma nação. Porto Alegre: L&PM, 2008

SANTOS, D. A. T; MARTINS, F. A. **Terceiro setor**: as contribuições de uma organização sem fins lucrativos para a cidade de Marília, 2016. Acesso em: 25 mai. 2019.

SILVA, A. C. M. **Práticas de contabilidade gerencial no terceiro setor**: um estudo na região metropolitana do Recife. XIV do Congresso Brasileira de Custos, João Pessoa, Anais...

SOUZA, H. **As ongs na década de 90**. Rio de Janeiro: Ibase/Ipud, 1992, p. 25

TOZZI, J. A. **SOS da ONG**: guia de gestão para organizações do Terceiro Setor. Editora Gente Liv e Edit Ltd, 2016.

YOSHITAKE, M.; PAGLIATO, W.; BUSTAMANTE FILHO, W.; SERRA, K. C.: ISSAC, M. M. R. **Estrutura conceitual para demonstrações contábeis no terceiro setor**: estudo de caso da Abel. São Paulo, 2014.

ZANLUCA, J. C. **Manual de contabilidade do terceiro setor**. Portal Tributário. 2015.

ZYLBERSZTAJN, D. Organização de cooperativas: desafios e tendências. **RAUSP Management Journal**, v. 29, n. 3, p. 23-32, 1994.

